



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 048

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 21 DE AGOSTO DE 2012

ANO I

SUMÁRIO

SECRETARIA LEGISLATIVA

ATA DA 07ª AP	581
ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO ECOLÓGICO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	

SECRETARIA LEGISLATIVA

**ATA DA 7ª AUDIÊNCIA PÚBLICA
DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 8ª LEGISLATURA.**
ZONEAMENTO SOCIOECONÔMICO
ECOLÓGICO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
DO ESTADO DE RONDÔNIA.
Em 15 de agosto de 2012

Presidência dos Srs.
Edson Martins - Deputado
Ribamar Araújo - Deputado

Mestre de Cerimônia - MC
Lenilson Guedes

(Às 9 horas e 31 minutos é aberta a AP)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre Cerimônia) – A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, após aprovação em plenário do requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Edson Martins, realiza nesta data Audiência Pública com objetivo de propor Discussão e Analisar Zoneamento para Regularização Fundiária, segunda e terceira aproximação do Estado de Rondônia.

Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo Senhor Deputado Edson Martins, proponente; a Excelentíssima Senhora Nanci Maria Rodrigues da Silva – Secretária de Estado

do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, representando o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado; o Senhor Sebastião Ferreira Farias, representando a Superintendência Federal de Agricultura de Rondônia – SFA/RO; o Excelentíssimo Senhor Dr. Flávio Araújo, Assessor Jurídico, representando o Ministério Público do Estado de Rondônia; o Excelentíssimo Senhor Pedro Beber, Secretário Municipal de Programas Especiais; o Senhor Luiz Pires, Presidente do Sindicato da Agricultura Familiar em Porto Velho; o Senhor Belgrano Cavalcanti, Diretor Geral da AGEVISA; o Dr. Antônio Melo Lisboa, Palestrante; e o Dr. Eraldo Aparecido Matricard, também palestrante.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com objetivo de Propor e Discutir e Analisar o Zoneamento e a Regularização Fundiária do Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre Cerimônia) – Convidamos a todos para cantarmos o Hino Céus de Rondônia, composição de Joaquim de Araujo Lima e música do Dr. José de Melo e Silva.

(Execução do Hino)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu quero cumprimentar todas as autoridades que compõem esta Mesa de trabalho desta Audiência Pública, cumprimentar a Senhora Secretária Nanci Maria Rodrigues da Silva, Secretária de Estado e Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, neste ato representando o Senhor Governador Confúcio Moura; cumprimentar o senhor Sebastião Ferreira, representante da Superintendência Federal da Agricultura em Rondônia; cumprimentar o Dr. Flávio Araújo, Assessor Jurídico, representando o Ministério Público do Estado de Rondônia; cumprimentar o Senhor Pedro Beber, Secretário Municipal de Programas Especiais; o Senhor Luiz Pires, Presidente do Sindicato da Agricultura Familiar do Município de Porto Velho, Estado de Rondônia; o senhor Belgrano Cavalcanti, Diretor

MESA DIRETORA

Presidente: HERMÍNIO COELHO
1º Vice-Presidente: MAURÃO DE CARVALHO
2º Vice-Presidente: LORIVAL AMORIM
1º Secretário: JOSÉ CLEMENTE - LEBRÃO
2ª Secretária: GLAUCIONE RODRIGUES
3º Secretário: MARCELINO TENÓRIO
4º Secretário: VALDIVINO TUCURA

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Divisão de Publicações e Anais - Robison Luz da Silva

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO
OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

Geral da AGEVISA/RO; o Dr. Antônio Melo Lisboa, palestrante; o Dr. Eraldo Pereira, também palestrante desta Audiência Pública.

A todos um bom dia. Gostaria também de cumprimentar o nosso colega Deputado Luiz Claudio, Presidente da Comissão de Agricultura, que está prestigiando esta Audiência Pública; agradecer também o nosso colega Deputado Ribamar Araújo, Deputado atuante nesta Casa, nosso amigo, agradecer a sua presença; a Deputada Epifânia Barbosa, que também está por aqui, que estava aqui neste momento; demais Deputados se porventura se fazem presentes, sintam-se cumprimentados; também os nossos amigos agricultores e produtores rurais do Distrito de União Bandeirantes, do Distrito do Rio Pardo, Cujubim e demais municípios se porventura se fazem presentes; Secretário de Estado da Agricultura, Anselmo de Jesus; a nossa assessoria nesta Casa, gostaria de passar para o Mestre de Cerimônia para que possa proceder aí os agradecimentos às demais autoridades para que possa, de repente, eu não cometer, fazer uma injustiça com pessoas que estão aqui presentes, a Secretária com certeza tem nominadas todas as pessoas para que faça os agradecimentos.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Pois não, Deputado. Registramos mais uma vez a presença dos Deputados: Epifânia Barbosa, Ribamar Araújo, Luiz Claudio; o Excelentíssimo senhor Wilson Destro, Superintendente da CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira; o senhor Mário Antônio Veronese Varanda, que representa o SEBRAE; o Excelentíssimo senhor Anselmo de Jesus Abreu, Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária do Estado de Rondônia; o senhor José Aparecido de Oliveira (Cido), administrador do Distrito de União Bandeirantes; o senhor Claudir Antônio Valandro, Presidente da Associação dos Produtores Rurais da Linha 1º de Maio, do Distrito de União Bandeirantes; o senhor Irimar Ferreira, representando o Deputado Federal Padre Ton; o senhor Agnaldo Ferreira dos Santos, Técnico de Assuntos Especiais/SEDAM; o senhor Tenente-Coronel PM Ranilson, representando o Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia; o senhor Claudinei dos Santos, representando o Movimento Via Campesina e o MST – Movimento dos Sem Terra; o Dr. Mozart Luiz Borsato Kerne, advogado da APARAR – Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Renascer; o Pastor Jeir da Silva Honorato, Presidente da Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Assentamento Renascer; o senhor Ednaldo Gonçalves Chaves, vice-presidente da Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Assentamento Renascer; os senhores integrantes da ASPRUL/União Bandeirantes; os senhores integrantes da Associação Linha C-10, BR-319, sentido Humaitá; os senhores integrantes da Associação da Linha 9-D de União Bandeirantes; os senhores integrantes da Associação Linha 101, também de União Bandeirantes; os senhores representantes da ASPROV, também de União Bandeirantes; e lá de União de Bandeirantes nós queremos agradecer as presenças das senhoras e senhores representantes da ASPROBAF; senhores servidores da SEDAM; senhor Luiz Dionísio de Souza, Presidente da Associação dos Produtores Hortifrutigranjeiros *Vale do Sol*, em Porto Velho; os senhores integrantes da ASFPROR – Linha 10, também de União Bandeirantes; o senhor Jones Mendonça, assessor jurídico da

AGEVISA; o senhor Nagato Nakashima, Presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários; o senhor José Fermiano da Costa, Presidente da Associação de Produtores Rurais da Linha C-10-ASFPRO; os senhores integrantes da linha C-10 APROLIC-10; os senhores integrantes da ASPROEF; o senhor Gilberto Pereira dos Santos, representando o setor chacareiro Boa Safra, de Porto Velho; o Tenente-Aviador Alexandre Ribeiro, representando a Base Aérea de Porto Velho; o senhor Enerly Martins, representando a Linha C-3; o senhor Manoel Raimundo de Souza, Presidente da Associação APRUMAR, Estrada Jatuarana/PVH; o senhor José Cordeiro Ribeiro, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais, Linha C-10, ASPROLIC 10, e o senhor Pompílio de Brito Silva, da Gleba Cuniã.

Conforme me orientou o senhor Deputado Edson Martins, que é o proponente desta Audiência Pública, a dinâmica será a seguinte: nós teremos a seguir uma breve palestra da senhora Nanci Maria Rodrigues da Silva; depois dela, eu convido o Professor Dr. Antônio de Melo Lisboa; depois do Dr. Lisboa, eu convido o Dr. Eraldo Aparecido Matricardi. Logo após estas palestras, nós iremos abrir as perguntas das pessoas, inclusive já inscritas aqui, já temos pessoas inscritas e depois as palavras dos componentes da Mesa.

Com a permissão do senhor Deputado Edson Martins, nós vamos ouvir primeiro as breves considerações do Deputado Edson Martins e logo após eu convido a senhora Nanci para a sua palestra, ela que é Secretária de Estado do Desenvolvimento Ambiental, e o subtema dela será “Sustentabilidade e o Cadastro Ambiental Rural”.

Com a palavra o Deputado Edson.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu convido o nosso colega Deputado Ribamar Araújo para que possa presidir aqui os trabalhos, para que eu possa fazer uso da palavra.

(Às 9 horas e 45 minutos o senhor Edson Martins passa a presidência ao senhor Ribamar Araújo)

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Concedo a palavra neste momento ao eminente Deputado Edson Martins, proponente desta Audiência Pública.

O SR. EDSON MARTINS – Mais uma vez gostaria de cumprimentar a todas as pessoas presentes aqui nesta Audiência Pública, agradecer a todas as pessoas que se fazem presentes por um assunto de tanta relevância neste momento, que eu considero que é a discussão sobre a 3ª Aproximação do Zoneamento e a revisão da 2ª Aproximação do Zoneamento, que será discutido neste dia.

Tendo em vista, Secretária Nanci, o Governo do Estado que é um Governo que tem demonstrado pelas suas atitudes que o seu maior objetivo neste Estado, o objetivo principal e o seu maior valor neste Estado é o ser humano, isso o nosso Governo do Estado tem demonstrado nos seus programas de Governo, os programas sociais, na preocupação em promover realmente a regularização fundiária deste Estado, a regularização ambiental, e com certeza, hoje, os nossos agricultores que foram convocados para vir para Rondônia no início como se fosse para servir a pátria, para ocupar o Estado,

trabalhar, produzir, gerar renda e com dignidade, com certeza criar as suas famílias. E passado o tempo, alguns anos depois, nós passamos a viver na contramão desta convocação, os nossos agricultores pressionados pelos organismos ambientais, nós não podemos mais aceitar e o nosso Governador hoje colocou como prioridade regularização fundiária, onde com certeza os nossos produtores, que são pessoas humildes, pessoas sérias, produtores de alimentos, viverem mais na ilegalidade, isso é inadmissível.

Nós precisamos realmente fazer com que estas pessoas possam viver na legalidade, trabalhar, produzir, ter acesso aos créditos. Nós vemos hoje, aí, a Casa cheia, este plenário, com certeza são pessoas humildes, trabalhadores, na maioria trabalhadores rurais dos Distritos de União Bandeirantes, de Rio Pardo, de Cujubim; passaram-me que vieram caravanas e de muitos outros Municípios que vieram representantes. Todas essas pessoas com certeza anseiam pela regularização fundiária para que possam viver na legalidade e parar, realmente, sem ser preciso estar correndo com a fundiária quando escuta um carro passando na frente da casa, esperando a qualquer momento a Polícia Ambiental, o IBAMA, que está passando realmente para multar e para prender as pessoas. Então, nós gostaríamos de agradecer e com esta iniciativa, nós tomamos a iniciativa de propor esta Audiência Pública sobre o Zoneamento, tendo em vista a necessidade de promover debates e discussões sobre um assunto de tão grande importância para o povo de Rondônia, uma vez que o Estado de Rondônia está em pleno desenvolvimento e é destaque no cenário nacional, por fazer parte da Amazônia Legal. Abrimos o diálogo entre classes, órgãos que fazem parte deste processo de planejamento e estruturação do solo, com o objetivo de que o homem do campo de nosso Estado possa produzir e, ao mesmo tempo, manter a sustentabilidade não agredindo a natureza, mas podendo usá-la em benefício do povo, uma economia primando pela necessidade de preservação do ecossistema. Que as limitações do uso do solo, em virtude das Leis existentes e das áreas de Reservas a serem mantidas, possam ocorrer dentro do parâmetro justo e equilibrado. Temos hoje em nosso Estado algumas áreas de conflitos que precisam de definições sem prejuízo do homem do campo e do meio ambiente.

Sabemos que o Estado de Rondônia possui uma diversificação na produção, que vai desde hortifrutigranjeiros, passando pela pecuária, agricultura voltada para a produção de grãos, envolvendo ainda uma extraordinária bacia leiteira, e isto implementando a geração de empregos e a movimentação do agronegócio. Buscamos nesta Audiência Pública conhecer as perspectivas sobre o Zoneamento Socioeconômico em função de um crescimento e economia sustentável. Então nós gostaríamos de agradecer a todas as pessoas que têm colaborado e pedir a nossa Secretária de Meio Ambiente, Nanci, que, realmente, nós pudéssemos estar nos desdobrando no sentido de que realmente a Regularização Fundiária se tornasse uma realidade.

Eu tenho falado, Secretária, que eu não tenho dúvida que neste Governo será a sua marca a Regularização Fundiária e o Governo tem realmente se empenhado em fazer aí a 3ª aproximação. Nós sabemos que tem áreas que estão na Zona 2 e até mesmo na Zona 3 que são áreas totalmente antropizadas, habitadas por pequenos agricultores e essas

áreas realmente precisam ser regularizadas. Também nós temos áreas que hoje estão em litígio, áreas que às vezes precisam também da regularização fundiária e eu acho que nós precisamos convidar o Ministério Público, o Poder Judiciário para que essas decisões sejam tomadas de uma forma assim mais rápida. Porque se trata de áreas às vezes de ocupação por agricultores que estão produzindo e às vezes está sendo um grande transtorno social, falta infraestrutura, falta investimento, falta apoio na área de educação, saúde, energia, *Luz para Todos*. As pessoas sonham com esses benefícios e às vezes não podem ser atendidas pelo motivo de ser área de litígio. Então, eu acho que pelo bem do social do coletivo, a Justiça precisa realmente agir, o Governo do Estado priorizar essas áreas para que possam ser tomadas as decisões o mais rápido possível, seja tratado esse processo lá no Judiciário de uma forma diferenciada, porque se trata de processos de uma forma coletiva, onde realmente precisa ser resolvido com mais rapidez.

Então, eu gostaria de encerrar aqui as minhas palavras e que nós pudéssemos dar sequência a esse trabalho. Então, ouvindo primeiro os nossos palestrantes, para que depois as autoridades, as pessoas que se inscreverem para falar, que pudessem também em seguida estar fazendo os seus comentários, inclusive pessoas lá dos distritos, se algumas pessoas quiserem também falar vão ter oportunidade com certeza de estar fazendo a sua inscrição e falando lá em nome da comunidade que representam. Muito obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) – Solicito ao Deputado Edson Martins que retome a presidência dos trabalhos.

(Às 9 horas e 54 minutos o senhor Ribamar Araújo passa a presidência ao senhor Edson Martins)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Nós queremos, Sr. Deputado Edson Martins e Deputado Ribamar, registrar também a presença do Excelentíssimo senhor Deputado Euclides Maciel; do Senhor Genair Capelini, Delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado de Rondônia; e o Senhor Sílvio Mário Souza, Presidente da Associação Boa Safra, Setor Chacareiro/Porto Velho.

Então, por determinação do Senhor Deputado Edson Martins e sua orientação, nós teremos a primeira palestra com a Nanci Maria Rodrigues da Silva, depois o Professor Dr. Antônio de Melo Lisboa e em seguida Dr. Eraldo Aparecido Trondoli Matricardi. As palestras, a senhora Nanci me confiava que não passava de 05 minutos a dela, mais cada palestrante terá o tempo de até 20 minutos.

Com a palavra a Excelentíssima senhora Nanci Maria Rodrigues da Silva, Secretária de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, subtema: Sustentabilidade e Cadastro Ambiental.

A SRA. Nanci Maria Rodrigues da Silva – Bom dia a todos, eu falei que realmente 05 minutos porque nós precisamos aproveitar os nossos palestrantes e focar no nosso objetivo aqui proposto pelo Deputado Edson Martins,

representante do Governo, em nome do qual eu cumprimento todos os Deputados presentes, e que é o Zoneamento, mas é necessário a gente fazer uma breve fala, como em que contexto está inserido o Zoneamento nessa proposta de Sustentabilidade do Estado de Rondônia.

Cumprimento o Flávio, que está representando o Ministério Público, nosso parceiro e amigo lá no Conselho Estadual de Políticas Ambientais; o nosso Dr. Eraldo Matricardi, que atendeu convite, veio de Brasília, era nosso aqui de Rondônia, mas resolveu se transferir para Brasília, hoje é Professor da UNB, mas não nos abandona e para nós é um privilégio você estar aqui. Obrigada, Eraldo, por atender o nosso convite. Pedro Beber, que tem bastante experiência nessa área de Zoneamento, trabalhou na 1ª Aproximação do Zoneamento, trabalhou na 2ª Aproximação do Zoneamento, é Técnico do Governo, está hoje na Secretaria Municipal de Assuntos Especiais, a quem também nós estamos contando com o apoio e a experiência na revisão do Zoneamento. O Dr. Lisboa, que é doutor em Zoneamento e que é funcionário da SEDAM, e é o nosso Coordenador do Zoneamento e vai falar para vocês qual é a metodologia da implementação desse Zoneamento e como se dará a revisão da 2ª Aproximação e os produtos que nós teremos para que esta Casa receba e transforme numa 3ª Aproximação. O Belgrano, nosso colega de Governo, está aqui representado; os representantes das Federações, representantes da sociedade, todos os senhores e senhoras, é um prazer nós estarmos aqui nesta manhã. Dizer que a SEDAM ela priorizou por uma transformação radical sobre a situação ambiental que nós recebemos o Estado em 1º de janeiro de 2011. Nós ousamos buscar uma proposta ousada de Desenvolvimento Sustentável, que realmente atendesse as características sociais, econômicas e ambientais e que forma o tripé da Sustentabilidade, que são os objetivos econômicos, sociais e ambientais, como eu citei, e aí nós colocamos mais um viés nesse tripé, nós colocamos mais um pé, e eu tenho dito que nós ousamos tanto que nós estamos saindo de uma figura geométrica, de um triângulo que tem três pés para um quadrado, que terá quatro pés, que é a governança sobre o território, que é a governança ambiental, e essa governança ela tem alguns componentes e eu quero falar sobre esses componentes.

Então, qual é a finalidade de implementar as políticas públicas para a sustentabilidade do Estado de Rondônia? Nós definimos alguns componentes, e aí quando eu digo nós, eu falo da Secretaria como um todo, todos os servidores, os assessores, os colaboradores, numa equipe multidisciplinar, e aqui nós temos alguns presentes, o nosso corpo técnico está presente aqui, não só o pessoal da Comissão do Zoneamento, mas outros que trabalham na função técnica e administrativa da SEDAM e que têm trabalhado conosco e que têm acreditado nessas transformações que nós somos capazes de fazer e que só virão pela questão ambiental.

A questão ambiental tem sido olhada pelo Governador do Estado, Dr. Confúcio Moura, como políticas estruturantes. Enquanto muitos dizem que meio ambiente é entrave, nós colocamos governança e meio ambiente, como eu disse a vocês, e estamos transformando em políticas estruturantes, porque tudo se dá no meio ambiente. Meio ambiente é a solução para tudo, não é o problema. O problema é fazer, é tentar fazer desenvolvimento sem sustentabilidade, mas quando nós fazemos desenvolvimento com sustentabilidade o meio

ambiente passa a ser política estruturante e é nesse contexto que nós trabalhamos o planejamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. A partir de proposta de projetos prioritários, projetos estruturantes e ações estratégicas, trabalhando com todos os servidores da Secretaria do Estado, iniciando por um seminário integrador de parceria e participação e abrindo os espaços de discussão política, ampliando alguns que já existiam como a ampliação do Conselho Estadual de Políticas Ambientais, a criação do Fórum de Mudanças Climáticas, Serviços Ambientais e Biodiversidade, um Fórum que tem 48 participantes, mais de 50% representam a sociedade civil organizada. O Comitê de Governança Climática, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que tomou posse ontem lá no auditório da OAB, que nos auxilia como órgão consultivo e deliberativo na gestão dos recursos hídricos e alguns mais, outros espaços de discussões e deliberações.

Fizemos o Seminário de Modernização, como eu disse, com os 400 servidores da Secretaria efetivos e CDS e em seguida nós trabalhamos os seminários internos e definimos um planejamento estratégico e organizamos a Secretaria em projetos e prioridades e ações estratégicas, como eu falei. Desse contexto, desse escopo do desenvolvimento sustentável planejado pela Secretaria nós definimos seis componentes, seis componentes que dizem respeito à política, alinhados com a política de governo, alinhados com a proposta de Estado. O primeiro componente é o fortalecimento institucional para a gestão ambiental, e aí é onde o carro-chefe desse primeiro componente era a valorização dos servidores, o Plano de Cargos e Salários dos Servidores, que foi aprovado, foi feito o ano passado, aprovado por esta Casa Legislativa em dezembro de 2011 e está em processo de enquadramento dos servidores. Concluímos agora a complementação da lei e que também será encaminhada para esta Casa, já está na Casa Civil em análise jurídica e vamos realizar o concurso para os servidores de nível técnico. Além disso, toda uma reestruturação física da SEDAM e estamos trabalhando a partir de setembro com a SEDAM online, nós ampliamos toda a parte de infraestrutura da Secretaria, dos softwares e só para vocês terem uma comparação, nós iniciamos a Secretaria totalmente sucateada no que diz respeito à tecnologia de informação.

O segundo componente é o ordenamento territorial. E aí, a base do ordenamento territorial é a atualização do zoneamento socioeconômico ecológico, que já se passaram os dez anos da 2ª aproximação e o qual é objeto desta discussão que daqui a pouco vocês vão ver especificamente como isso, vai ser realizado ou está sendo realizado, uma vez que nós já compomos, já foi feita a composição da equipe. O Governador já fez o Decreto de Atualização, nós já estamos trabalhando na formulação dos termos de referência. Esse componente diz respeito também à estrutura do Estado para regularização fundiária e regularidade ambiental. Essa estrutura para a regularização fundiária tão importante, que o Dr. Edson citou, ela está na Secretaria de Agricultura, é uma ação integrada com o Anselmo de Jesus, nosso colega Secretário que está aqui, do qual nós precisamos fazer as políticas estruturantes para que possamos, não só com a SEAGRI, em nível de Estado, mas com o INCRA, estamos nos reunindo quase que semanalmente, eu já disse que o Flávio do INCRA está despachando mais lá no meu Gabinete. Ele toda semana está lá e nós estamos definindo e atualizando. O Brito está aqui, é

o Adjunto do INCRA, ele sabe disso. Nós estamos nos reunindo pelo menos uma vez por semana para analisar a situação agrária e fundiária do Estado de Rondônia e levarmos resposta nesse pacote do desenvolvimento sustentável. Então essa é a principal política estruturante e o carro-chefe da nossa gestão.

O 3º componente é o fomento para a produção sustentável. E aí nós estamos com um projeto, que é o Projeto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Integrado, já apresentado no Fundo Amazônia. Teremos uma reunião amanhã, estarei em Brasília. E nesse componente, nós temos os projetos, também, diretamente gerenciados pelas comunidades, que são doze projetos que serão analisados agora dia 15 e dia 22. Em Rondônia, nós apresentamos doze projetos. Eu trouxe o livrinho, deixei ali para mostrar o planejamento que nós demos entrada no Fundo Amazônia. Essa atividade do fomento para a produção sustentável, nós, além de estarmos apoiando as iniciativas de produção sustentável no Estado, do agronegócio, dando esse respaldo às demais Secretarias de Estado, e aí eu digo que nós estamos compostos com a SEDES, com a SEAGRI, com a EMATER, nós estamos fazendo a regularidade ambiental. Porque para potencializarmos a produção, nós precisamos ter regularidade. E hoje nós estamos trabalhando especificamente em alguns modelos e um desses modelos é uma área em conflito, que é Rio Pardo. Nós já estamos trabalhando com a regularidade ambiental, trabalhando essa estruturação naquela área, já liberamos, aprontamos quatrocentos e trinta cadastros, já fizemos rastreamento de novecentos e cinquenta áreas ocupadas, já estaremos concluindo. E mais, até o final do mês, toda área, todo trabalho de campo, e emitindo as últimas cartas temáticas já com georreferenciamento das áreas das propriedades, as áreas ocupadas. Então nós estamos já executando, nós vamos entrar na revisão do zoneamento com o ordenamento territorial. Essa é uma base para que as demais Secretarias, nessa composição das quatro Secretarias que trabalham com o desenvolvimento da produção, possam se organizar.

O 4º componente é o monitoramento e o controle ambiental. O monitoramento de todas as atividades produtivas e aí nós estamos trabalhando com a modernização da Secretaria, nós estamos trabalhando com a SEDAM online, como eu falei para vocês. Estamos ampliando todo sistema de informatização da SEDAM, com a descentralização das atividades aos municípios, já descentralizamos para doze municípios que estarão fazendo o licenciamento das atividades de pequeno porte ou pequeno impacto ou de impactos locais. Já temos doze municípios que já assinaram o Termo de Cooperação, nós estamos estruturando e capacitando os municípios para que eles façam o licenciamento das atividades produtivas no local. E as pessoas não tenham que vir de Urupá, por exemplo, que já assinamos, Deputado, já descentralizamos essa competência ao município, já estruturamos a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, já fizemos capacitação, já assinamos a cooperação.

Então, os pequenos produtores, as pequenas atividades, no caso da piscicultura até cinco lâminas de água, cinco hectares de lâminas de água, não precisarão mais se dirigir à Secretaria de Meio Ambiente sede para fazer a regularidade ambiental de suas atividades. Então, nessa política de descentralização de monitoramento e controle ambiental, nós estamos

trabalhando e contando com o apoio dos municípios e descentralizando as atividades finalísticas aos nossos quinze escritórios do interior.

Estou falando da SEDAM online. Nós vamos inaugurar o primeiro escritório, já fizemos em cinco escritórios, mas o primeiro que vai funcionar, que nós vamos inaugurar agora no final do mês, é Ariquemes. E não poderia deixar de ser, porque o Governador tem me cobrado sempre a questão da descentralização das atividades. O atendimento do público nos seus locais ou o mais próximo possível da localidade onde ele reside. E aí, Ariquemes, mas ao mesmo tempo nós vamos estar funcionando em Vilhena, Pimenta Bueno, Alta Floresta, Ariquemes, Guajará-Mirim e Extrema. Porto Velho e Extrema estarão trabalhando online também. Todos os procedimentos serão feitos nos locais de atendimento e, inclusive, com a descentralização do protocolo, e nós teremos aqui só um escritório de monitoramento que está sendo concluído agora, para que nós possamos acompanhar todas as atividades via internet, via qualquer instrumento de informática, que é o que está sendo elaborado.

O 4º componente são os serviços ambientais. Eu já falei dos espaços de discussões do gerenciamento que fizemos, o Fórum Estadual, estamos concluindo a lei estadual, uma proposta de lei para mandar para a Assembleia Legislativa, de mudanças climáticas, serviços ambientais e biodiversidade. Nós estamos concluindo a legislação estadual nesse escopo. O suporte ao gerenciamento do monitoramento é o que nós chamamos de sala de situação, que está sendo construída, que vai fazer o gerenciamento de toda a área de meio ambiente, toda ação nessa interface multidisciplinar, interinstitucional, quer dizer, com as localidades, com os diversos profissionais, com as diversas Secretarias, com os atores que estão lá na base e com a própria ação de governo. Então, assim, estruturamos, esse é o componente de suporte gerencial, sempre foi a reclamação da nossa sociedade, da SEDAM chegar mais rápida a esses lugares.

Eu estava falando com o Deputado Maurão essa semana que nós já fizemos muito, estamos fazendo muito, mas nós temos só na base fundiária no ciclo na SEDAM 117 mil propriedades cadastradas, 117 mil, então por mais que nós façamos, nós não vamos conseguir satisfazer a todos, não vamos alcançar. Nós estamos num desafio muito grande do CAR, de fazer Regularidade Ambiental dessas 117 mil propriedades, e eu estou acreditando que nós vamos fazer, eu estou buscando todos os instrumentos possíveis para que façamos. Vamos agora licitar, amanhã eu estarei lá em Brasília tratando desse assunto com a Ministra, porque o Ministério do Meio Ambiente ele está também neste propósito, nós estamos alinhando essa política estadual com a política federal, e nessa reunião de amanhã nós estaremos também definindo um recurso financeiro. Estaremos com recurso próprio já deliberado numa posição política do Governo do Estado, um recurso para fazermos cinquenta mil propriedades nos próximos dois anos, e aí estaremos e colocandoto: mais cinquenta mil propriedades no Projeto do Fundo da Amazônia que estamos negociando com o Ministério do Meio Ambiente e o BNDES, recurso não reembolsável e que pode alcançar aí no próximo ano cem mil propriedades com regularidade ambiental. E aí nós estamos numa pressão muito grande, porque tem todo um impeditivo da legislação ambiental, e aí, por conta disso é que nós

precisamos ter esse alinhamento com a política nacional. Assinamos com o Governo Federal um pacto, um acordo de que até 2015 nós vamos zerar o desmatamento ilegal e podemos sair da Agenda Marrom, que é aquela Agenda que os Estados têm seus Municípios que mais desmatam, que não protegem seus recursos hídricos e que derrubam as suas florestas e que não protegem a sua biodiversidade. Nós estamos lá naquela Agenda. Então assinamos um pacto que até 2015 nós vamos sanar o desmatamento ilegal no Estado de Rondônia, só que esse é um pacto que eu conto com vocês, porque nós estamos fazendo as políticas estruturantes para que isso aconteça, Rondônia saia dessa Agenda Marrom e venha para uma Agenda Positiva e a Assembleia Legislativa é muito importante nesse papel, Deputado.

Assinamos também um Termo de Cooperação para o desembargo das áreas, praticamente 80% das propriedades do Estado de Rondônia estão embargadas por crimes ambientais, e aí nós assinamos um acordo com o Ministério do Meio Ambiente de tirarmos essas áreas, e isso é indispensável para a sustentabilidade do Estado. Por quê? Por isso que eu disse a vocês no início, que o Meio Ambiente é a solução, porque nós estávamos, pegamos o Estado numa situação insustentável, por conta de nós estarmos nessa Agenda Marrom e com as áreas praticamente embargadas, 80% das propriedades embargadas por crimes ambientais naquelas grandes operações que aconteceram. Então nós já assinamos esse pacto e estamos trabalhando para que possamos nos próximos dois anos sair de uma Agenda Marrom e ir para uma Agenda Positiva. E o zoneamento, ele é o indutor do ordenamento territorial de uma ação de regularização fundiária e ambiental.

Então, acabou o meu tempo. Eu agradeço, estamos aí para qualquer pergunta. Obrigada.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu gostaria de agradecer ao senhor Manoel Raimundo de Sousa, Presidente da Associação APRUMAR, Estrada da Jatuarana, em Porto Velho; também José Cordeiro Ribeiro, Presidente da Associação de Pequenos Produtores da linha C-10. Agradecer também o senhor Pompílio de Brito Silva, da Gleba Cuniã. Eu gostaria de agradecer ao senhor Luiz, lá da Associação Vale do Sol. Jacaré, lá da Associação Boa Safra. Juca, Presidente lá da Associação da Linha 07, em União Bandeirantes. Agradecer também a presença dos nossos Deputados, Adelino Follador está por aqui, Deputada Epifânia Barbosa, Deputado Jean Oliveira, que acabou de chegar, Deputado Ribamar, que está presente, Deputado Luiz Cláudio, muito obrigado aí pela presença de cada um de vocês. Também o Brito, o nosso amigo, Secretário Adjunto do INCRA, nós agradecemos a sua presença. O Roque de Oliveira; o Claudinei, ele é representante do Movimento Vila Campesina - MST, dos Sem Terra, nós agradecemos Claudinei sua presença; os demais, o Adair; o Martins; o Presidente da OAB; doutor André Messias, Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil; doutor Roque de Oliveira eu já falei. Edinéia Maria Gusmão, nossa amiga lá do Município de Urupá. Eu gostaria também de agradecer a presença do Márcio, da EMATER, que tem feito um grande trabalho aqui no Município de Porto Velho. E do meu amigo particular Chagas, Ex-Superintendente da CEPLAC. Agradecer a presença mais uma vez de cada um de vocês, muito obrigado.

Eu gostaria de passar agora a palavra ao nosso palestrante, Dr. Antônio Melo Lisboa, com o tempo de vinte minutos, para que possa proferir sua palestra.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Antes, porém, Deputado, eu queria informar para todos que o professor Dr. Antônio Melo Lisboa é graduado em Engenharia de Agrimensura e Cartográfica pela Universidade Federal de Viçosa; Mestrado em Geociência e Meio Ambiente e Doutorado em Geociência e Meio Ambiente, ambos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atualmente é técnico da SEDAM, lotado na Coordenadoria de Geociências e Coordenador do Grupo Operacional Técnico para as atividades de atualização do ZSEE-RO. Possui experiências relevantes com Zoneamento Econômico-Ecológico, mudanças do uso e cobertura da terra, análise de informações geográficas e sensoriamento remoto aplicado a análises ambientais. No subtema: Histórico do Zoneamento; Convênio com IBGE para Base Cartográfica contínua do Estado de Rondônia; Atualização e Adequação da 2ª aproximação, com o tempo de até vinte minutos.

O SR. ANTÔNIO MELO LISBOA – Eu queria cumprimentar primeiro as autoridades, depois os senhores e senhoras que estão presentes. Vou falar um pouco da história do Zoneamento e dos trabalhos que a SEDAM está procurando fazer para adequar a 2ª aproximação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado de Rondônia.

Eu vou começar a falar da abertura da BR-364, onde começou a evolução da Divisão Político-Administrativa do Estado de Rondônia. Então, em 1968, a implantação da BR-364, objetivo dessa implantação foi levar o desenvolvimento socioeconômico ao norte do país e unir o Atlântico ao Pacífico. Então esse foi o objetivo dessa abertura da BR-364. Na época, em 1976, o Estado de Rondônia só tinha dois municípios, o município de Porto Velho e o de Guajará-Mirim. Após a abertura da BR-364, surgiu o Plano POLONOROESTE em 1980, o Plano de Desenvolvimento do Noroeste. O objetivo desse projeto era a integração nacional na época, promover e adequar a ocupação demográfica na região Norte, vamos falar da região Norte aqui do Estado, absorver as populações, ali está a palavra marginalizada, mas são aquelas famílias do Sudeste, do Nordeste, do Centro-Oeste que não tinham oportunidades nas suas regiões, então o governo do Estado, o Governo Federal incentivou essas famílias virem aqui para o Estado de Rondônia, na época considerado como o *Eldorado*, então foram deslocados, houve uma grande migração dessa população, o que acarretou a produção, o desenvolvimento da região e a renda dessa população, com isso reduzir a disparidade de desenvolvimento interregionais, assegurar o crescimento da produção em harmonia com a preocupação de preservar o sistema ecológico e proteção das terras indígenas.

Dentro desse programa foram criados vários projetos de assentamento. Eu vou citar como o Machadinho, Cujubim, onde eram assentados pequenos agricultores. Em 1981, o Estado já tinha três municípios, isso já era um grande avanço. Em 1995, já o Estado de Rondônia tinha 52 municípios, tem 52 municípios até hoje, aí com esse crescimento da população, eu coloquei o crescimento em 1970, você vê como é que

cresceu até 2010, passando de cento e onze mil para um milhão, quinhentos e trinta e cinco em 2010. Com esse crescimento acarretou vários problemas no Estado, aí teve as novas frentes de assentamentos, crescimento da agropecuária, aí começou a exploração desordenada do território no Estado de Rondônia. E por fim acarretou o crescimento do desmatamento. Você vê que em 1978 tinha 0,5% desmatado, em 2011 está com 34,4% de desmatamento. Mas mais para frente eu vou mostrar um slide que justifica esses 34,4% de desmatamento no Estado de Rondônia. E diante desse problema surgiu a idéia de zonear, de fazer o zoneamento socioeconômico do Estado.

Em 1988, o Governo do Estado decretou a implementação da 1ª Aproximação do zoneamento. Mas antes disso, em 1986, técnicos da SEPLAN, da Agricultura, da EMATER e outros elaboraram um mapa da 1ª Aproximação, que é esse aí, dividindo o Estado em 6 Zonas. Na época foi um grande trabalho desenvolvido por esses técnicos e foi daí que começou a discussão do zoneamento no Estado de Rondônia, teve uma grande repercussão em Brasília, onde os próprios técnicos foram apresentar esse zoneamento e que na época era o primeiro estudo feito no Brasil.

A 2ª Aproximação, instituída pelo decreto já de 2002, pela Lei Complementar 263, de 06.06.2000, aí foi criado o PLANAFLORO, o Plano Agropecuario Florestal de Rondônia. Esse PLANAFLORO coordenou os estudos e gerenciou a parte financeira e a coordenação dos trabalhos executados para subsidiar a 2ª Aproximação do zoneamento. E na 2ª Aproximação do zoneamento teve outra metodologia. Na 1ª Aproximação não houve a participação social da comunidade, e pouca divulgação, isso gerou conflitos e esses conflitos seriam sanados nessa 2ª Aproximação, que adotou uma nova metodologia. Os três temas colocados, o ecológico, o social e o econômico foram a âncora da análise da 2ª Aproximação.

Então, temos o ecológico, temos o social e temos o econômico. Se você juntar ecológico com social é sustentável; se você juntar social com economia é desenvolvimento, e ecológico com econômico é viável, e juntando os três é a forma sustentável de zoneamento.

Então a metodologia usada na 2ª Aproximação foi focando o ecológico, social e econômico. Nessa 2ª Aproximação foram realizadas sessenta reuniões abrangendo os 52 municípios, dez audiências públicas, doze oficinas para discussão do ZSEE, a proposta foi finalizada e apresentada à comissão sobre zoneamento e aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa, aí gerou esse mapa da 2ª Aproximação que dividiu o Estado em três zonas: a Zona 1, a Zona 2 e a Zona 3. Aqui eu queria só salientar esse slide aqui, essa Zona 1, você vê aquela evolução de desmatamento de 34,4%, a Zona 1 abrange 50,95% do Estado e os assentamentos do INCRA foram justamente nessa zona, na Zona 1, aquela parte amarronzada escura são os assentamentos do INCRA. Então, é lógico, aumentou a população, 52 municípios, teve que haver desmatamento. Aí fala das zonas. A Zona 1, áreas com potencial para exploração e consolidação; a Zona 2, áreas de conservação de recursos naturais passíveis de uso, a manejo sustentável a 14%, e a Zona 3 são áreas institucionais e as áreas indígenas. Essas são as três zonas do zoneamento. Aí tem o quadro, em 2000 tem um subtotal lá embaixo, 34% de unidade de conservação abrangendo o Estado. Já em 2005 passou para

39,51%, houve aumento de criação de reserva de 2000 a 2005 e foram criadas essas zonas. Aqui está o Parque de Mapinguari, aqui é do Cuniã, aqui é o Parque Municipal, a FLONA Jacundá, o campus da Amazônia, ampliação da Reserva Biológica do Jaru, o Parque Municipal de Ouro Preto, ainda foi criado o Parque Municipal de Ariquemes, aqui são reservas federais, a Reserva do Cautário, aqui é o Parque Serra da Cotia e Barreiro das Antas, uma área indígena aqui embaixo, Omerê, e os parques municipais lá em Chupinguaia.

Então essas foram as unidades de conservação criadas depois do zoneamento, por isso que passou daquela cifra de 39,4%, então a área acrescida foi essa aí, um milhão cento e quarenta e quatro hectares. Então o zoneamento, a 2ª Aproximação, a Zona 1, que é o marrom, esse clarinho que é a Zona 1.2, 1.3 essa zona amarela, ali é 1.4, aquela região ali de Vilhena, do cerrado ali em Vilhena. Aí a Zona 2, 2.1, que é a área destinada para manejo; a Zona 2.2, que são áreas destinadas à criação de reserva, é ecossistema frágil essa Zona 2.1, então você vê aqui o que a gente chama de umirizal, aqui na Serra lá dos Pacaás Novo, aqui também ali em Surpresa. E você vê que embaixo são os parques, as FLONAS, os Parques Nacionais e os Parques Estaduais estão aí, e por fim as terras indígenas completando assim a 2ª Aproximação do zoneamento. Aí são as áreas inundadas do lado de Samuel; então foram as seis zonas criadas nessa 2ª Aproximação.

Passaram-se dez anos, com iniciativa da Secretária do Meio Ambiente, o Governo está promovendo a atualização desse zoneamento. Para isso a Secretaria de Estado está firmando convênio entre a SEDAM e o IBGE. Esse convênio, gente, vai estar ali para gerar a base contínua no Estado, nesse caso de 01 para 100.000, o Estado até hoje não tem a base reconhecida pelo IBGE. Então a nossa base, ela não é homologada pelo IBGE, já é, vamos dizer, uma base antiga, hoje essa base que vai ser construída já vai ser em cima de dados, de um dado já da América do Sul, que são SIRSAS 2000. Então vai ser uma base atualizada. E após essa homologação dessa base, o Estado de Rondônia vai fazer parte do Sistema Cartográfico Nacional do Brasil, até então nós estamos fora dele, a nossa base não é reconhecida pelo IBGE.

E outro trabalho que a gente está fazendo também, essa geração dessas cartas vai subsidiar o Estado de Rondônia para atualização do ZSEE e execução futuramente dos zoneamentos municipais, isso no futuro. A SEDAM também está contratando a consultoria para a elaboração do diagnóstico do estado da arte e a implementação do ZSEE do Estado de Rondônia. Isso aí a SEDAM vai contratar uma firma, ela vai fazer o estudo e apontar as áreas críticas onde vão ser realizados os estudos. Além disso, ela vai organizar o banco de dados nosso que existe, hoje tem uma cópia na SEPLAN, na UNIR também tem uma cópia e na SEDAM também tem uma cópia desse estudo aí. Mas essa organização é justamente para transferir essa base por SIRSAS 2000, e organizar os metadados todinhos que hoje estão um pouco soltos, a evolução já passou doze anos, então tem muita informação para ser implementada nesse banco de dados. E diagnosticar as áreas de conflitos com a atual segunda aproximação do zoneamento. E no final eles vão elaborar um termo de referência detalhado, o projeto contemplando o modelo de gestão que garante a aplicabilidade de implementação das ações a ser recomendado pelas atualizações do zoneamento.

Eu vou apontar aqui para vocês as áreas de conflitos aonde vão ser feitos esses estudos, aí está o Estado de Rondônia, você vê essa parte meio alaranjada, toda área desmatada. Então aí vai ser também na Extrema, vai ter lá os estudos, que ali tem zona 2.1, você vê que a área está quase toda ocupada com o desmatamento ali. Há na região de lá da FLONA do Bom Futuro, que hoje foi criada a APA do Bom Futuro, APA do Rio Pardo, quer dizer, Jacilândia também tem zona 2.1, você vê que tem bastante desmatamento ali também, nessa área aqui na Jacilândia, lá em Machadinho do Oeste tem alguns conflitos com título definitivo, com a RESEX, Rio Preto e Jacundá, tem alguns títulos ali dentro, o título Urupá está dentro da reserva. Há naquela BR-429, ali em São Francisco, ali tem área de expansão e a Zona 1.2. E embaixo aqui está sendo proposto a criar uma reserva aqui, nessa área aqui perto do Forte Príncipe da Beira, na Serra Grande, ali a SEDAM está fazendo estudo já em cima desta área para criar uma reserva. Então aí vem ali em Jacinópolis, você vê como é que está o desmatamento nessa região, União Bandeirantes também você vê que está bem antropizada essa região aí e a região 2.1, vê lá no mapa de zoneamento aquele polígono lá roxinho, lá é a zona 2.1, isso aí é Novo Bandeirante. Aí São Francisco também já está bem desmatado, aí nessa região, essa imagem é de 2011. Esse é o parque, ampliação do Parque Corumbiara, algumas áreas ali em cima ao norte do parque, ampliação na parte leste do parque também, aumentar o parque. Essas áreas aí, gente, são áreas inundáveis, então para a agricultura é inviável. Então se cria reserva e protege o berçário ali. Cujubim e Machadinho, lá em Cujubim têm algumas reservas lá que já foram tomadas por posseiros. Periquitos, nessa região aqui de Cujubim, então aqui também vai ter que ter um estudo mais aprofundado aí. E ali que eu falei do título TD Urupá, que pega essa região aqui, é de particular, e a RESEX do Rio Preto-Jacundá em cima e aqui também pretende criar uma reserva, uma unidade de conservação aqui em cima, está havendo invasão aqui, mas aqui em cima pretende-se criar uma área também pequena, mas também é uma área frágil aí.

Lá em Rio Pardo, a SEDAM já fez a regularização ambiental dos assentados, dos assentados não, do pessoal que está dentro desse polígono aí, que já foi cadastrado bastante gente aí dentro. Então a SEDAM está promovendo a regularização ambiental e aí está a área urbana lá do Rio Pardo, você vê também que está bem ocupada essa área aí. É, aqui termina. Então a gente vai ter parceria com o IBGE, com o INCRA, com a Agricultura, a Prefeitura, o Ministério do Meio Ambiente do Brasil para fazer esse estudo em parceria. Eu acho que o que eu tinha para apresentar era isso aí. Vou passar a palavra para ao Dr. Eraldo, ele vai falar sobre os trabalhos que vão ser realizados para fazer essa atualização do zoneamento. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Quero agradecer aí o Dr. Antônio Melo Lisboa, palestrante. E vamos agora também passar a palavra, vamos ouvir a palestra do Dr. Eraldo Aparecido, que é o segundo palestrante desta audiência.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Então, o Dr. Eraldo Aparecido Trondoli Matricardi é graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Mato Grosso, Mestrado em Geografia e doutorado em Geoprocessamento,

ambos pela universidade Estadual de Michigan (Michigan State University), atualmente é professor do Departamento de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília. Possui experiências relevantes com planejamento Físico-Rural, Zoneamento Econômico-Ecológico, mudanças do uso e cobertura da terra, análise de informações geográficas e sensoriamento remoto aplicado a análises ambientais. Subtema: Importância da Revisão do Zoneamento Sócio-Ecológico-Econômico de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Dr. Eraldo, eu até, só tirando a dúvida, tem algumas pessoas que escreveram, mandaram aqui dizendo que a palestra parece não estar indo bem no sentido do objetivo que eles queriam ouvir hoje, na verdade eu gostaria de fazer algum esclarecimento, nós tivemos uma certa dificuldade, nós propomos esta Audiência Pública e depois ela foi adiada e até o nosso objetivo era adiar novamente pela falta de definição hoje da questão do Código Florestal. Nós sabemos hoje que o Código Florestal foi promulgado através de uma medida provisória, na verdade o Código Florestal com certeza vai mostrar muita coisa que vai ser deliberada nesse zoneamento da 3ª Aproximação e esse Código Florestal ainda não foi aprovado, inclusive nós gostaríamos de fazer uma palestra sobre o CAR, o Cadastro Ambiental Rural, que eu acho também com certeza iria clarear hoje o que as pessoas gostariam de ouvir, que seria uma palestra sobre o CAR. Mas nós também retiramos da pauta desta palestra sobre o CAR porque ela é indefinição hoje, até agora sem o Código Florestal.

Então não está sendo realmente esta Audiência Pública também para mim o que nós gostaríamos, da forma que nós gostaríamos de conduzir e dar a resposta para as pessoas que vieram a esta audiência, mas nós estamos hoje promovendo esta audiência, estamos no início dos trabalhos da Comissão de Zoneamento e acredito que durante o trabalho dessa Comissão, nós vamos ter que nos reunir mais vezes, nós não sabemos se essa 3ª Aproximação também vai contemplar o anseio das pessoas que realmente reivindicam por esse direito que é de ter a sua propriedade regularizada. Então eu acredito que ainda vai ter que ter mais audiência como esta proposta por este Deputado ou por outro Deputado desta Casa. Nossa Secretária Nanci, nós vamos estar sempre acompanhando os trabalhos dessa Comissão, que na verdade nós queremos que a população que até agora vive nessa situação da ilegalidade por falta de definição de uma Lei que o Código Florestal venha a ser aprovado e que a gente possa ter uma Lei específica para que possa nortear realmente e a gente conseguir dar a resposta para a sociedade.

Então, eu gostaria de repente que o senhor tivesse condição de ser bem objetivo, bem claro, que nós pudéssemos estar entendendo, as pessoas que vieram, todas essas pessoas são pessoas lá do distrito mais longe e vieram preocupadas com a situação da regularização fundiária de suas propriedades. Então eu gostaria de deixar aqui esta palavra, Dr. Eraldo, Vossa Excelência tem o tempo suficiente para proferir a sua palestra.

O SR. ERALDO APARECIDO TRONDOLI MATRICARDI – Bom dia para todos os presentes. Eu queria inicialmente cumprimentar rapidamente toda a Mesa aqui, que a gente

está com tempo meio atrasado, então cumprimentar num pacote só as autoridades, os representantes de Instituições, os Deputados e demais membros da Mesa, autoridades, cumprimentar todos os presentes aqui também, e agricultores, e representantes de Associações, de Cooperativas. Bom dia a todos.

Eu queria também agradecer assim o convite de estar aqui, estar participando mais uma vez no Estado de Rondônia dessa discussão do zoneamento, é sempre um prazer estar de volta. Agradecer especificamente ao Deputado Edson Martins pelo convite, a Secretária Nanci pelo convite também e espero que a minha contribuição seja útil para todos vocês e eu sei que existe uma ansiedade muito grande, como já existiu no passado sobre a 1ª Aproximação que eu acompanhei, e eu acho que hoje já existe também, existiu sobre a 2ª Aproximação, hoje existe a ansiedade sobre a revisão da 2ª Aproximação porque já causou sérios problemas para os agricultores, em especial no que diz respeito à regularização fundiária, eu acho que isso é uma grande ansiedade.

Existem outras coisas também, mas a regularização fundiária fica uma coisa bem amarrada quando o zoneamento impede que seja feita a regularização fundiária, aí a pessoa não consegue fazer nada. Então eu creio que essa seja uma das grandes ansiedades aqui dos presentes e eu trouxe alguma coisa para comentar como é que esse processo se dá e logicamente que vai ser um processo.

Eu queria também destacar a presença de algumas pessoas aqui, tem vários colegas aqui, se eu for falar nome aqui vou me comprometer, esquecer de alguém, vai ficar complicado, mas especificamente queria levantar algumas pessoas que já contribuíram muito com o zoneamento, o Marcelo Gama, o Luiz Cláudio, o Roque de Oliveira, colega amigo Roque de Oliveira, o Pedro Beber, que é uma história do zoneamento aqui, só que na Mesa a gente tem o Pedro Beber que coordenou a 1ª Aproximação, coordenou a 2ª, se o negócio não funcionar bem pode culpá-lo, mas se funcionar bem, eu participei, eu ajudei em alguma coisa. Mas o Pedro, o Roque também, depois o Brito agora recentemente em outra gestão também participou, tentou fazer alguma coisa nesse sentido. Então tem várias pessoas aqui que contribuíram diretamente com esse processo que eu acho importante só ressaltar, e desculpa se eu esqueci alguém porque o tempo é limitado.

Bem, mas especificamente sobre a 2ª Aproximação do zoneamento, o Lisboa contou a história aí como é que começou a ocupação, contou da 1ª Aproximação do zoneamento, e depois a 2ª Aproximação do zoneamento. Então eu preparei aqui uma apresentação para a gente sobre o zoneamento que a gente está falando e eu coloquei aqui: Revisão e Atualização das Zonas e das Diretrizes do Zoneamento que a gente está passando agora, que a gente está vivendo agora, o aprovado em 2000. Então tem algumas coisas aqui, a minha primeira pergunta para a gente começar esse entendimento, para que afinal serve o zoneamento? A princípio, o zoneamento dá impressão de bagunça, mas para que afinal é o zoneamento? Em que a gente usa? Então eu preparei aqui zoneamento urbano, zoneamento industrial, por exemplo, zoneamento agrícola, que vocês já devem ter ouvido o nome, zoneamento agroclimático, também acho que vocês já devem ter ouvido esses termos. Então é importante eu mostrar isso aqui, mas para que servem esses zoneamentos afinal?

Então, por exemplo, o zoneamento industrial que foi um que eu coloquei ali primeiro, então ele define áreas para a indústria. O zoneamento urbano, áreas para área urbana, área para a área rural, então você define áreas que você pode ter crescimento urbano, área que você não pode ter, porque se tiver você pode ter um comprometimento do ambiente ou das pessoas que moram ali. Vocês estão vendo em Petrópolis, no Rio de Janeiro, em Santa Catarina, áreas que cresceram em ambientes que não poderiam ter crescido e hoje você tem desmoronamento, deslizamento que mata pessoas, não é só o meio ambiente que atrapalha, não, tem coisas que atrapalham a vida humana também. Então, nesse sentido que eu estou falando, quando você faz zonas, você define as áreas que são mais apropriadas para uma atividade e áreas que são menos apropriadas ou até indevidas para outras atividades. Então aí tem os exemplos: zoneamento urbano, zoneamento industrial, zoneamento agrícola. Por exemplo, os Estados Unidos usam muito isso, têm o cinturão do algodão, cinturão da soja, porque áreas mais propícias para o plantio de soja, áreas mais propícias para o algodão, áreas para preservação ambiental também têm, zoneamento agroclimático, tem plantas que não dão em determinados climas, você quer levar, por exemplo, você quer plantar seringueira no Rio Grande do Sul, não vai dá, quer plantar castanheira no Rio Grande do Sul, não vai dá. Então tem alguns tipos de cultivos que não adianta, café, por exemplo, no Rio Grande do Sul, provavelmente não vai porque ele não suporta clima muito frio. Já você vêm subindo com o café, ele já vai dar. Então isso é o zoneamento, você definir áreas mais propícias, áreas mais restritas e até áreas impróprias para determinadas atividades.

Bom, entendido isso, o que é o Zoneamento Econômico Ecológico então? Então você já começa a perceber que no termo está ecológico, porque você está conservando a ecologia, o meio ambiente, e econômico porque você está conservando o ser humano. E se você definir áreas que são propícias para o ser humano avançar e ir adiante e áreas que são menos propícias ou até indevidas, o Lisboa comentou alguma coisa, Zona 1, Zona 2, ele na verdade estava se referindo a isso. Então o zoneamento econômico-ecológico, se vocês estavam aqui no início desta audiência e ouviram o Hino de Rondônia, o Hino de Rondônia é um zoneamento econômico-ecológico, o que ele fala em alguns trechos lá: "aqui, toda a vida se engalana, se enaltece", algum termo assim, eu não lembro exatamente o termo, aqui toda a vida vai em Rondônia, toda a vida o quê? Toda a vida humana se engalana, toda a vida humana, toda a vida animal, a água, os recursos hídricos, a água, a floresta. Então toda a vida se emana neste Estado aqui, ele não considerou só o ser humano, o ser humano, sim, é o mais importante, a gente considera isso, mas toda outra vida também, porque a gente depende das águas, depende das florestas. Então o Hino do Estado de Rondônia, para mim, reflete bem, se vocês ouviram, prestaram a atenção, é o zoneamento econômico-ecológico, definir áreas propícias para o ser humano avançar, produzir, sobreviver, sustentar as suas famílias, e áreas que não são tão propícias, que você tem que proteger porque senão pode trazer problemas para vocês.

Então, entendido isso, a gente vai adiante daqui e vamos falar das preocupações e perspectivas de necessidades em Rondônia com relação ao zoneamento. Então, primeiro você precisa do desenvolvimento, a gente precisa desenvolver, a

gente precisa crescer, precisa ganhar dinheiro, precisa sobreviver, precisa sustentar as famílias, você precisa que esse desenvolvimento seja de forma equilibrada e responsável, porque senão a gente não cumpre com o nosso objetivo de ser humano de deixar a herança, de deixar o meio ambiente que recebeu, o rio com a água limpa, o rio com os peixes para os filhos, daqui a pouco os filhos chegam e não têm mais rio de água limpa, não têm mais peixes, não têm mais floresta, não têm mais de onde eles tirar. Por que? A gente não se desenvolveu de forma equilibrada, já que a gente precisa fazer isso, desenvolver, crescer economicamente, mas a gente precisa crescer de forma equilibrada, a gente precisa definir critérios, aqui eu vou, aqui eu não vou, como você dirigir na cidade, tem áreas que você pode dirigir a 80 por hora, tem áreas que é 60, tem áreas que é 30, tem que ter regra para você crescer, tem que ter regra para você dirigir teu carro, tem que ter regra para você usar a tua terra, eu sei que isso é complicado porque às vezes o produtor rural está cheio de regras, cheio de problemas, e ainda vem mais regra para mim, pelo amor de Deus, eu não aguento mais isso, mas o fato é que tem que ter, senão vira uma sociedade caótica, e o caos não é desejado para ninguém, correto? Bem, e a síntese disso tudo que eu comentei é o zoneamento econômico-ecológico, que ele tenta fazer isso para vocês.

Então, o resumo desse caso final é nesse sentido. Qual a importância do zoneamento, o novo Código Florestal para quem já estudou ele um pouquinho, não estudei muito, mas o novo Código Florestal, são vários artigos do novo Código, ele faz referência ao zoneamento, ele faz referência ao zoneamento, ele já obriga que todos os Estados brasileiros tenham o zoneamento e dá prazo. Então, quem não tem como Rondônia vai ter de fazer, então dá prazo de cinco anos, se não me engano, para que todos os Estados que não tenham o zoneamento tenham o seu zoneamento. Porque é isso que eu estou falando, é a diretriz, é a regra do trânsito do uso da terra, vamos entender dessa forma, tem regras para você usar a terra, tem que ter regras, tem limites para você usar e também tem que ter apoio, eu estou falando de restrição, mas à medida que você está fazendo tudo certinho, você tem que ter apoio, você tem que ter incentivo, tem recurso, tem que ter crédito, tem que ter subsídio. Então é isso que a gente está falando, o novo Código arremete várias vezes, a reserva legal, por exemplo, a reserva legal está extremamente associada com as regras do zoneamento, então se você tem a sua propriedade numa área propícia para a agricultura tudo direitinho com o zoneamento, então a tua reserva legal pode ser um pouco menor, você pode produzir mais a agricultura. Se você tem uma área que está restrita com relação ao meio ambiente por causa do relevo que é muito acidentado, o solo muito arenoso, talvez você tenha que restringir um pouquinho o teu uso, para aumentar um pouquinho a reserva, e aí vai, então ele vai fazendo vários momentos, o Código Florestal vai arremetendo esse item da reserva legal para a questão do zoneamento.

Aqui está o zoneamento de Rondônia que o Lisboa comentou, que foi aprovado em 2000, depois em 2005 foi ratificado, ratificado não, foi alterado por uma lei, porque o zoneamento de Rondônia na versão de 2000, ele alterava a reserva legal. O Estado que tem 65% de áreas de proteção, unidades de conservação, de um modo geral, pode ter reserva legal de 50% e não 80% como é dito de forma geral para a

Amazônia. Está um pouquinho mais complicado o Código Florestal hoje, não é só desse jeito que eu estou falando, mas esse é um dos itens que eu me lembro de lá. Bem, esse aqui é o Zoneamento, então ele mostra as áreas que teoricamente são áreas mais propícias à agricultura, áreas mais restritas à agricultura, embora seja agrícola, como essa amarela aqui na região de Pimenta Bueno, uma região de areia. Essas coisas que zoneamento faz, ele obedece ao que é natural. Eu estou trabalhando agora no zoneamento do cerrado brasileiro, a gente vê que a maior parte do cerrado que são áreas que não são propícias à agricultura está menos desmatada, quer dizer, a própria natureza às vezes se encarrega de reduzir o avanço do homem com muito afoito em cima da área. Essa área aqui de Pimenta Bueno é exemplo, então por mais que tenha projeto de assentamento, por mais que as coisas aconteceram lá, ela continua com um bom percentual acima de 50% como um todo não desmatado, preservado. Por quê? Porque a área é delicada, não são terras boas, são terras arenosas, que são propícias à produção agrícola. Nas imagens que são áreas mais propícias, terras melhores, aqui no Corumbiara, aí realmente a expansão agrícola avançou sobre a floresta e a floresta é muito pouca. Na região de Ji-Paraná, por exemplo, tem bem menos de 50% de reserva legal, talvez, sei lá, 20%, não sei exatamente dizer. Bem, para não estourar meu tempo aqui, aqui está o mapa do Estado de Rondônia, mostrando o verde, a área de floresta ou de vegetação nativa e o mais marrom, não sei, é o desmatamento. Então vocês veem que tudo aqui indo aqui para o Rio Pardo, depois aqui para Nova Mamoré, Guajará-Mirim, vocês veem que o interessante deste mapa aqui, assim que existem muitas críticas a Rondônia, dizendo que Rondônia desmata muito, mas olha bem, essa área indígena, por exemplo, como o contorno dela ficou bem respeitado. Olha esse conjunto de unidade de proteção aqui como está bem respeitado também. Então vocês veem que de um modo geral o Estado de Rondônia tem uma grande quantidade de áreas protegidas, bastante consolidadas já. Então esse conjunto aqui, esse conjunto de área indígena bem protegidas, aqui área indígena do Méquens, aqui Tubarão-latundê, se não me engano, eu não lembro direito os nomes. Então você vê que tem um contexto bem preservado e tem outros aqui que você tem problemas, você vê que aqui é Jaci-Paraná, aqui é a FLONA do Bom Futuro, que foi extinta e se transformou numa área de proteção. Então aqui você tem desmatamento dentro dela, está vendo? E eu não sei se tem outros problemas, parece que aqui, o Lisboa comentou aqui, no Machadinho também tem alguns, aqui no Cujubim tem outros problemas. O fato é que você tem alguns conflitos com a unidade de proteção, sim, em função da demanda por terra, da demanda por agricultura e também da qualidade das terras que estão aqui, que não são tão ruins, por isso que as pessoas ocuparam, se fosse ruim ninguém tinha ocupado. Então eu estou mostrando isso, o Lisboa comentou, tem mais alguns conflitos aqui, esse aqui é um deles, esse aqui é outro, mais tem outro aqui, tem outro aqui na BR-429, depois tem aqui para baixo, tem aqui no Machadinho e Cujubim. Então tem alguns conflitos com relação à unidade de proteção, com relação ao que o zoneamento disse anteriormente e com o uso que as pessoas estão fazendo.

Bom, isso é um fato. E quando você vê a Lei Complementar de 2.000, que foi aprovada em 2.000 por esta

Casa aqui, você vê que esse artigo aqui da lei fica vedado qualquer alteração dos limites abrangentes da zona, subzona instituídas de uso e ocupação do solo antes de um ano de vigência desta lei, ou seja, de 2.000 até 2.001, a lei seria "imexível", ninguém poderia tocar. E a partir de 2.001 ela já era passível de alteração porque se admite que o zoneamento ele é dinâmico, a sociedade é dinâmica, as coisas são dinâmicas, então era prevista já a revisão. Só para vocês terem idéia, quando o Lisboa falou de uma das zonas que tem o zoneamento atual, que é zona 2.2, são zonas passíveis de criação de novas áreas de proteção, por exemplo, se elas seriam unidades de conservação, então ela deixava de ser 2 e passava a ser 3. Então no próprio zoneamento já prevê esse caráter dinâmico da questão do zoneamento. Então, é lógico, o zoneamento está já há 12 anos, já passou da hora de ser revisto e de ser analisado o que deu certo e o que não deu certo, isso está previsto em lei. Então é hora de se rever, sim, então não tenha dúvida e está amparada por lei esta revisão.

Na Lei, depois de 2.000, no artigo 26 prevê até detalhes desta revisão, como é que tem que ser feita. Então, para você revisar e adequar à nova realidade, à realidade, porque a realidade mudou, vocês imaginem quando a gente fez o zoneamento, a gente discutia isso, imaginem vocês, fazer o zoneamento, o Estado não fica parado, os produtores estão aqui, acho que tem representantes dos seringueiros também, não sei se tem representantes dos indígenas, as coisas não ficam paradas lá esperando, as indústrias, as pessoas não ficam paradas. Então é a mesma coisa que você trocar o pneu do seu carro com o carro andando, ou consertar o seu carro, mas não pode parar o seu carro, o seu carro furou o pneu, mas você não pode parar, encostar, você tem que deixá-lo andando e dar um jeito de trocar a roda para ele continuar, porque é isso que está acontecendo. Então o zoneamento foi feito, mas as coisas estavam andando e isso é difícil de você corrigir, a não ser o que está sendo feito agora, isso é um processo de discussão e abrir todo, fazer alguns estudos suplementares e fazer uma revisão para adequar novas realidades. Mais um item, quando você vê a legislação federal que aprova ou faz a aprovação final do zoneamento, também tem decreto já de 2002, depois de 2007, que diz o que tem que ser feito para que esse zoneamento seja revisto, ou seja novo, ou seja, alguma alteração. Então tem toda regrinha lá. Então está mais que amparado, está mais que previsto e lógico o zoneamento é dinâmico, então ele tem que ser revisto mesmo, tem que ser refeito, de tempos em tempos, aí vai depender do que está acontecendo em termos de conflito.

Aqui tem algumas instituições em nível federal, aqui tem várias instituições que participam dessa revisão, que aprovam o zoneamento, porque, por exemplo, o Ministério dos Transportes é quem financia a construção de estradas e é importante eles saberem quais são as zonas que o Estado definiu para ele investir no sistema de transportes. O Ministério da Agricultura, no desenvolvimento agrário; o Ministério da Justiça, o Ministério da Integração Nacional, Ciência e Tecnologia, o Ministério da Agricultura está aqui, o Ministério da Defesa, eles têm que saber o que o Estado está querendo fazer de uso das terras para eles investirem e isso eu acho que isso é um dos itens que eu vou discutir daqui a pouco, que é o que está faltando, botar limite todo mundo fica botando, não faz isso, não faz isso, não faz isso, mas o que faz ninguém dá apoio. Eu

estou falando "ninguém dá apoio", não, eu acho que tem vários apoios acontecendo, tem vários financiamentos, várias coisas que acontecem, mas assim, falta apoio, falta e deveria ser muito mais forte, especialmente na agricultura.

Então, por exemplo, o zoneamento prevê área de manejo florestal. Qual a política que o Governo Federal e até de certa forma o estadual tem forte para apoiar o manejo florestal? Tem. Tem várias coisas acontecendo, mas que falta muito recurso, que é muito, eu diria assim incipiente, muito fraco no sentido que precisaria para ser ideal, não tenha dúvida. Para a agricultura, quanto não falta para a agricultura ficar num nível ideal? O agricultor ter o apoio, o financiamento, seguro de produção, ter todo apoio que realmente ele precisa para produzir adequadamente. Então por isso que envolve toda essa gama de gente aqui para poder fazer alguma coisa mais adequada à realidade.

Aí tem vários pontos aqui para se fazer a revisão do zoneamento, eu não vou ler, mas são preocupações inerentes a isso que eu estou falando, que é fazer integração, fazer a compatibilização com a realidade e aí vai. Consultas públicas, o zoneamento tem que ser feito com consultas públicas, foi feita na 1ª Aproximação, mas isso eu acho que tem que ser feito ainda mais essa revisão para que as pessoas participem e expressem suas frustrações, seus anseios, suas preocupações e suas necessidades, isso tem que ser feito, eu acho que isso, eu já estou terminando.

Então essas coisas são importantes, então a participação pública, a discussão com a sociedade leva a uma aceitação do zoneamento depois que ele for feito. Então ela demora um pouquinho, ela é mais complicada, mas depois ela fica bem melhor, porque as pessoas participaram dessa elaboração, não foi uma coisa que o fulano lá de Brasília, o beltrano lá de Porto Velho fez e trouxe e botou de goela abaixo em vocês, vocês construíram juntos, então vocês são responsáveis também. Então essa é a ideia, vocês, eu estou "vocês", é a gente, nós.

Bom, aqui tem alguns levantamentos que devem ser feitos de meio físico, então, por exemplo, clima, eu acho que tem vários dados de clima que podem ser atualizados, geologia tem vários pontos de mineração, de outras coisas que tem que ser atualizados, outros desativados. Do meio biótico da vegetação, áreas projetadas para a conservação, o Lisboa comentou vários aqui, os recursos de fauna também que tem que ser levantados e da parte jurídica e institucional e socioeconômica também tem muita coisa, esse sim tem muita coisa para ser atualizado, onde está sendo ocupado, onde foi ocupado, onde tem conflito, onde precisa ter regularização fundiária. Então essas duas partes aqui eu acho a mais pesada nessa revisão do zoneamento, 2ª Aproximação. Essa parte jurídica e institucional também acho importante, porque as instituições, estaduais, municipais e federais, têm que assumir esses zoneamento, assumir de forma a patrocinar, a financiar a execução dele, porque ele traz uma proposta boa, mas você tem que implementá-la, porque senão ela não serve para nada, fica mais um documento aí, um mapa bonito ou às vezes feio nos olhos de algum que não serve para nada. Aqui tem as instituições estaduais, eu botei aqui: sociedade participando, o Governo, a Assembleia Legislativa, associações, a FIERO, SEPLAM, enfim, tem que ter participação, tem que ser público, tem que ser participativo, tem que ter briga no sentido de discutir, mas tem que chegar ao final num acordo e esse acordo, aí sim ser respeitado.

Bom, aqui também tem uma sequência, então para se fazer essa revisão, você tem que planejar, articular, então você tem que ver o que você quer, ver se você vai fazer do Estado todo, ver se você vai fazer só das áreas de conflito, depois você tem que fazer os diagnósticos, depois tem que fazer o prognóstico. O prognóstico basicamente é fazer o seguinte: eles chamam de cenários. O que é que vocês querem para Rondônia, afinal? Quer Rondônia no chão toda desmatada? Perfeito, se é isso que a sociedade quer, botem Rondônia no chão. Não. Eu quero Rondônia com um pouco no chão e um pouco preservada. Então essa parte aqui é de ver o que a sociedade quer do Estado de Rondônia para agora e, lógico, para o futuro. Normalmente esse cenário aqui é feito por vinte a trinta anos. O que você quer de Rondônia daqui a vinte anos, a trinta anos? Isso é registrado, faz-se reunião, registra e com base nisso que a sociedade quer, você constrói o seu zoneamento tentando conciliar essas coisas que eu estou falando para vocês. E por fim, você constrói o seu zoneamento aqui nesta etapa final. Eu acho que o meu tempo acabou, basicamente isso aqui é a sequência, então você entra com o estudo da parte ambiental, o potencial natural, entra com a parte socioeconômica, o que as pessoas estão lá, está fazendo o quê, o que precisa fazer, às vezes está lá, mas você precisa adequar a atividade que ela faz, então é a adequação, às vezes reorientação, tudo isso com investimento, lógico. Situação atual, depois você define as potencialidades, o que tem, os limites que você pode ir ou não, define as diretrizes, as zonas de diretrizes e parte para a implementação. Isso aqui é só para encerrar, é o último slide, então eu faço um elenco de tudo, assim, eu comentei várias coisas que deram certo do zoneamento e várias coisas que não deram certo ou não foram tão boas. Então, assim, do meu ponto de vista, assim para resumir, eu acho que não foi tão bom, foi o que as instituições assumiram no zoneamento, instituições em nível federal de financiar o zoneamento, de bancar o zoneamento, de subsidiar o zoneamento. Então eu acho que faltou isso. Então eu acho que nessa etapa precisa ter o envolvimento institucional, uma forma que as instituições assumam mais o zoneamento para implementá-lo, de financiar, de bancar o zoneamento. Precisa então essa institucionalização do zoneamento mais forte e precisa, também envolvimento social mais forte na construção desse zoneamento, porque se a sociedade constrói o novo zoneamento, faz essa alteração do zoneamento e as instituições assumem, você tem com certeza uma implementação adequada dessa proposta que em geral é o que todo mundo quer, ninguém desmata porque gosta, meu pai é agricultor em Ariquemes e eu acompanho bem isso. Então, ele não desmata porque ele quer, ele desmata porque ele precisa, precisa produzir, na medida que você tem alternativa, você usa bem a floresta, você usa bem os recursos hídricos, então você precisa ter essas coisas assim, essas medidas de apoio para você poder conciliar. Ninguém está aqui para destruir o meios: ambiente, mas também ninguém está aqui para só deixar o meio ambiente lá em cima sem poder fazer nada. Então, se tem floresta, dá para fazer uso da floresta, manejo, vamos fazer manejo. Não dá para fazer nada? Realmente precisa proteger, então tem que proteger. Dá para usar, dá para desmatar, é uma área produtiva, então desmata, é uma área de produção. Tem área de seringueiro, que os seringueiros usam a floresta sem desmatar, usam a floresta para tirar castanha, usam a floresta para tirar seringueira, então tem

vários usos que a floresta tem que você não necessariamente precisa desmatar.

E só para encerrar aqui, uma audiência pública que eu participei em Costa Marques, um agricultor teve, eu acho que um vereador que estava comentando lá da Audiência Pública que eu participei de Costa Marques, um agricultor, teve um, acho que um Vereador que estava comentando lá, e ele estava com uma visão assim só de pequeno agricultor. Então, ele falando que: "aqui os fazendeiros isso, os fazendeiros aquilo, e criticando os fazendeiros". Às vezes tem esses conflitos, uma determinada entidade brigando com outra. Aí um agricultor simples levantou lá na Audiência e falou: "Olha, deixa eu falar uma coisa – No mar, no oceano tem a baleia, o peixe grande, depois tem os peixes menores, tem o peixinho bem pequenininho lá no oceano também, e todos vivem". Então a sociedade é isso, a sociedade é composta de pequenos, grandes, médios, disso, daquilo, e a gente tem que aprender a conviver. Então não adianta achar que é só de um ou que é só de outro. Então, tem agricultor? Tem. Agricultor tem que ter o espaço? Tem. Fazendeiro tem que ter o espaço? Tem. Seringueiro tem que ter espaço? Tem e merece. Indígena tem e merece. Então a gente tem que aprender a conviver com isso tudo, e isso é o desafio do Zoneamento. Basicamente eu acho que era isso, tem uma série de detalhes aqui, mas eu acho que de certa forma comentei sobre todos eles. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente)- Agradeço aí ao Professor Eraldo. Nós vamos ouvir os Deputados, alguns que se inscreveram. Mas antes eu gostaria de agradecer, também, a presença do Vereador Jurandir Bengala, do Distrito de Jaci-Paraná, agradecer a presença do senhor Agnaldo Ferreira dos Santos, também está nos assessorando nesta Audiência Pública. E dizer que eu acho que esta Audiência Pública, talvez, não está sendo tão objetiva quanto as pessoas que vieram gostariam, talvez, que estivesse sendo, mas eu até gostaria que nós, vamos ouvir os nossos Deputados, mas eu gostaria de ouvir até como proposta, como encaminhamento o Presidente das Organizações Sociais e Sindicatos, a população em si que realmente está sofrendo no dia-a-dia as suas angústias nos Municípios, então, que nós pudéssemos estar conduzindo esta reunião no final, e estivesse ouvindo essas pessoas. E que a nossa Secretária estivesse atentamente ouvindo como proposta para que pudesse todo esse trabalho que será feito por esta Comissão, os levantamentos neste Estado que terá que ser feito, para que nós possamos resolver de uma vez esta questão do Zoneamento, para que pudesse, Secretária, num prazo de uns quatro meses, talvez, já a Secretaria de Meio Ambiente com todo esse levantamento na mão, que nós pudéssemos estar discutindo, para que pudesse antes de realmente fechar esse Zoneamento se tornasse Lei, nós ouvíssemos novamente em uma audiência ou mais de uma audiência uma discussão com a sociedade de várias audiências para que pudesse estar resolvendo todos os pontos para que a população, realmente, os nossos agricultores fossem contemplados.

Nós também temos lá Rio Pardo, por exemplo, foi resolvida a situação de Rio Pardo, e ficaram lá em torno de 150 famílias que ficaram fora, não foram contempladas nesta primeira situação em Rio Pardo. Então, eu acho que essas

famílias precisam que seja resolvida a situação delas, não sei se lá mesmo, naquela localidade ou em outra região. Nós temos lá no município de Alvorada, Secretária, que é muito próximo de Urupá, uma coisa que é inadmissível, talvez, mais de três anos um acampamento; muitas famílias vivendo em uma situação desumana, enfrentando o sol, a chuva e a poeira. E eu acho que isso precisa ser resolvido, essas famílias precisam ser assentadas em um local. Eu acho que esta expectativa de pessoas irem para debaixo de lonas, eu acho que eles precisam que seja tomada providência do Governo do Estado. Eu acho que nós não podemos, pessoas não podem ter tempo, um pai de família não pode ter três anos a perder debaixo de uma lona, esperando a vontade política, às vezes, dos governantes resolver esta situação. Então, Secretária, eu gostaria de deixar, é bem próximo lá do meu Município, eu sempre estou passando por lá e vejo a dificuldade que as pessoas vivem naquele acampamento ali no Município de Alvorada do Oeste, e é uma situação que nós não podemos admitir no nosso Estado.

Então, eu gostaria passar a palavra agora ao nosso Deputado Luiz Cláudio. Eu gostaria que nós limitássemos o tempo cada um para que nós pudéssemos estar ouvindo várias pessoas que queiram participar, nós temos o Claudinei representando do MST, com certeza vai querer dar uma palavra, os demais, o Luiz, representante de Sindicato, aqueles que quiserem, o Distrito de União Bandeirantes, aqueles que quiserem eleger líderes para representar, porque talvez não vamos ter tempo para abrir para muitas falas, mas que nós pudéssemos ser objetivos para a gente chegar aí a um objetivo para encaminhar essa reunião para o final. O Deputado Luiz Cláudio com a fala.

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Eu quero cumprimentar o Deputado Edson Martins, cumprimento a toda a Mesa em nome da Secretária Nanci, todos os presentes, o Deputado Ribamar Araújo, Deputado Jean, a todos os Presidentes de Associações aqui presentes, de Bandeirantes, de Rio Pardo, da grande Jaci. Na verdade, Deputado Edson, eu quero fazer aqui é uma cobrança, porque eu acho que a maioria dos Presidentes de Associações, com certeza, eles gostariam que hoje, nesta reunião, o Projeto do Zoneamento já estivesse nesta Casa para a gente aprovar. E faz exatamente dois anos, Secretária Nanci, aí eu vou cobrar da SEDAM, que a minha Comissão de Agricultura cobrou do Governo e quando fez 10 anos, e o Governo tem a competência, não somos nós, se fosse da Assembleia nós já teríamos feito o Projeto, nós não temos competência para elaborar o Projeto, o Projeto tem que vir da origem do Governo. Exatamente hoje, 15 de agosto, já faz hoje mais de dois anos, e infelizmente, eu ouvi de Vossa Excelência aqui que agora é que vai ser criada uma Comissão de Técnicos para começar a trabalhar o Projeto de Zoneamento. Foi criado. Mas nós precisamos deste Projeto, Nanci, aqui, não somos nós, são os agricultores. Está lá a situação de União Bandeirantes sem ser resolvida, a situação do Rio Pardo sem ser resolvida, e o mais agravante, todo mundo está acompanhando aí a questão do Código Florestal. Eu fui a semana passada lá em Brasília e nós precisamos mais do que nunca do Zoneamento. Por quê? O Código Florestal diz que para a agricultura familiar até 240 hectares só vai ser preciso recuperar as matas ciliares, e o Zoneamento diz que tem que ter 50%, não existe mais Reserva Legal no Código Florestal,

mas o Zoneamento de Rondônia tem que ser corrigido. Senão o agricultor de Rondônia vai ser penalizado, então nós temos que deixar de blá, blá, blá, de muita conversa fiada e vamos colocar o pé no chão, Nanci, vamos fazer esse Zoneamento urgente. Esta Casa está esperando esse Projeto. E mais, ainda, o Deputado Edson sabe disso, todos os Deputados liberaram o ano passado, porque o Governo disse que não tinha dinheiro para fazer o Zoneamento, nós liberamos dois milhões, e ainda não está pronto o Zoneamento. Então eu acho que é hora de trabalhar, cobre, Secretária, desses Técnicos, nós só podemos fazer emenda aqui quando o projeto estiver aqui nesta Casa e é isso que nós queremos, viu, Deputado Edson? Esta Casa está junto com os agricultores cobrando agilidade do Governo de elaborar este Zoneamento e trazer para esta Casa para a gente votar.

Muito obrigado. É isto que eu tenho a dizer.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Com a palavra o Deputado Jean de Oliveira.

O SR. JEAN DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. É com muita honra e satisfação que eu venho a esta tribuna, nesta manhã maravilhosa, antes de mais nada, sobretudo, agradecer a Deus por este momento maravilhoso. Cumprimentar aqui a Mesa em nome do Deputado Edson Martins, Secretária Nanci, Secretários, Técnicos, Secretário Municipal da Secretaria de Projetos Especiais, Pedro Beber, que também já foi responsável pelo PLANAFLORO no passado, um grande técnico, enfim, a todos que estão aqui, em especial aos cidadãos que precisam desse Zoneamento, aos agricultores, aqueles sitiantes que vieram aqui, eu vejo vários rostos conhecidos de União Bandeirantes, de Rio Pardo, as localidades mais próximas a Porto Velho, mas, enfim, no Estado de Rondônia milhares de famílias que precisam desse trabalho e eu acredito que o Deputado Luiz Cláudio foi muito feliz nas palavras dele, cobrou com muita firmeza, foi muito sintético em falar que o Zoneamento precisa de uma resposta. Nós não temos aqui, nós vimos, nós ouvimos e observamos slides que tratam a respeito do que é o Zoneamento, mas nós não ouvimos nada de como está o Zoneamento, e a nossa preocupação maior é saber como está o andamento do Zoneamento. Há alguns meses eu estive reunido com a Secretária Nanci, cobrei dela e ela me explicou do esforço, existia um congelamento dentro do gabinete do Governador para que esse projeto estivesse travado lá dentro e a gente cobrou, eu vim a esta tribuna há uns dois, três meses, cobrei resultado da equipe do Governador, porque nós não podemos mais ficar parados, faltava, parece-me, uma constituição, faltava o Governador assinar um decreto de constituir uma comissão para que se iniciasse o processo do zoneamento. Então, esta Casa de certa forma, Secretária Nanci, eu falo agora como Presidente da Comissão de Meio Ambiente que assumi recentemente, não tivemos oportunidade de nos reunir ainda, nós estamos na segunda semana posterior ao recesso e esta Casa, esta Audiência Pública tem a finalidade de acompanhar o zoneamento, saber como está o andamento, até porque quando nós vamos aos distritos e aos municípios nós somos cobrados, e com razão, das pessoas porque aqui estão os representantes do povo do Estado de Rondônia. É esta Casa que tem o dever de lutar pelos direitos, é esta Casa que tem o dever de corrigir algo que pode ser melhorado,

aperfeiçoado, é este Plenário, é o Plenário das Deliberações, muitas vezes existem vários técnicos que são renomados, pessoas que já passaram por “n” faculdades, universidades, professores, doutores, mais que muitas vezes não têm o acesso que um Deputado tem, às pessoas que o Deputado ouve quando visita uma base, eu posso dizer aqui uma base que sou muito próximo, União Bandeirantes, e quando a gente vai à casa do cidadão e ele fala: “como é que está, meu filho, o zoneamento”? Ele nem entende direito o que é zoneamento. Ele só sabe dizer que o zoneamento é o remédio para o problema que ele enfrenta. Então aqui, sem sombra de dúvida, eu acredito que como é um projeto que demora 10 anos para novamente vir à tona, eu acredito que nós temos que fazer dessa vez, Secretária Nanci, um trabalho que de fato dê resultado para o povo do Estado de Rondônia. É um prestígio muito grande, o destino colocou em suas mãos um projeto de grande importância, está aqui o ex-Secretário da SEDAM, o Brito. O Brito não teve oportunidade de trabalhar no zoneamento, o zoneamento é sem dúvida um dos projetos mais importantes do Estado, trata de ambiental, que é muito importante, que o nosso futuro está dentro do meio ambiente, mas trata também da coisa mais importante para o ser humano, é o social, o econômico; o que somos nós sem o direito de poder plantar, de poder colher, a vida está em torno do econômico, nós vivemos num mundo capitalista, precisa de dinheiro e aqui essas pessoas só têm uma forma de ganhar dinheiro, é colhendo o que plantam e é ter direito de plantar, é isso que muitos ainda não têm a tranquilidade de dizer: “essa terra é minha, eu posso desmatar tanto, eu posso plantar o que eu quero”. Ainda não existe essa tranquilidade para muitos no Estado de Rondônia e é disso que nós precisamos, é trazer a tranquilidade para essas pessoas, é a tranquilidade de saber que está dormindo ali numa casinha simples como você já disse, nós não queremos mais ninguém morando debaixo de lona, nós queremos alguém que possa construir, aquele que tem uma bicicleta, possa comprar uma moto; aquele que tem uma moto, possa comprar um carro. Nós queremos mudar a qualidade de vida do povo do Estado de Rondônia e para isso precisa andar junto o zoneamento, nós precisamos regularizar as áreas do Estado de Rondônia, nós precisamos dar um fim na forma que está, nesse desmando que nem a Assembleia, nem o povo tem conhecimento do que vai ser o amanhã. Então, sem sombra de dúvida, Secretária, esta Audiência Pública é importante, só que ela não está caminhando para o rumo que eu quando vim aqui de manhã cedo, cheguei um pouco atrasado, mas vim porque tem uma importância esta Audiência Pública, eu queria ouvir como é que está o andamento, não queria ver o zoneamento, trata disso, disso, isso aí nós podemos discutir, isso aí nós podemos, de repente eu não sei de tudo, eu vou aprender com o decorrer do tempo, mas o que nós queremos saber é o que está sendo feito? É aquilo, é o projeto, programa. O que essas pessoas que estão em área de litígio, o que elas podem esperar do zoneamento, é isso que o povo quer saber e é isso que nós queremos, a resposta que nós queremos é essa. O que é que vai ser feito de União Bandeirantes? Se vai sair de 2.1, vai entrar para Zona 1, é isso que nós queremos saber. O povo quer plantar, quer gerar riqueza para o nosso Estado, nós só precisamos de uma coisa, dar condições a ele. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Jean, pela sua participação. Concedo a palavra a nossa querida Deputada Epifânia Barbosa.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA – Bom dia a todos, bom dia a todas. Vou tentar aqui ser bem objetiva também, vou cumprimentar aqui o Deputado Edson Martins e em seu nome cumprimentar todos os componentes da Mesa, e desde já parabenizá-lo pela propositura desta Audiência Pública, muito oportuna e muito necessária a todos nós.

Eu queria dizer aqui que eu achei importantes as apresentações que foram feitas, quero até parabenizar aqui os que me antecederam, porque a mim deu a clara certeza, Secretária Nanci, que o Governo do Estado sabe como fazer o zoneamento, porque tem consultores de alto nível, já conhece toda realidade do Estado e isso é importante, quer dizer, sabe como fazer, a sua fala aqui foi muito precisa em dizer que o Governador já determinou politicamente, então há uma vontade política para fazê-lo, também creio que o problema para realizar o zoneamento não é falta de recursos, porque se fosse falta de recursos o Governo teria utilizado os R\$ 2 milhões que os Deputados aqui colocaram à disposição do Estado, através de emendas de bancadas, como salientou aqui o Deputado Luiz Cláudio. Então, nós não temos problema de conhecimento porque temos consultores de alto nível, temos uma decisão política que o Governador já determinou e temos recursos, porque não foi liberado o dinheiro, mas não foi viabilizado pelo Governo do Estado, aí eu me pergunto: o que está faltando, Nanci? O que falta para que a gente possa colocar em prática esse tão sonhado zoneamento para resolver problemas aqui de conflito que já está passando do tempo, para a gente é muito angustiante chegar às localidades, como bem ressaltou o Deputado Jean Oliveira, nós chegarmos na localidade, ouvirmos o problema, irmos até as instituições que a gente acredita que possam resolver, a gente vai até a SEDAM e conversa com a Nanci, às vezes vai com alguma comissão e a Secretária lhe explica que ela não tem muito como resolver naquele momento porque está cumprindo um TAC do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, o Ministério Público Federal e Estadual por sua vez também esclarecem que cumprem uma normativa e eles estão lá também para fiscalizar, aí nós vamos até ao IBAMA que aplica uma série de multas e a gente chega lá e eles esclarecem que eles são órgãos operacionalizadores, eles também cumprem a legislação, e aí a gente vê aqui claramente que algo específico da legislação nacional é que o zoneamento aconteça nos Estados e a gente supere essas dificuldades.

Então, mais do que nunca a gente precisa que isso aconteça com maior agilidade, essas pessoas não saíram de madrugada das suas residências, das suas propriedades para no dia de hoje aqui a gente ter mais um momento de esclarecimento, mais um momento de explicação, porque pelo que eu compreendi aqui na manhã, e eu cheguei aqui desde o começo e fiz questão de ouvir tudo, é que nós sabemos o que está acontecendo nas localidades, nós sabemos dos instrumentos necessários e aí o que está faltando? Se há 12 anos nós conseguimos realizar um zoneamento com condições, acredito eu, inferiores às condições que nós temos hoje, porque hoje nós temos mais tecnologia, nós temos mais pessoal qualificado, nós temos aqui os produtores que o zoneamento estabelece, como explicou aqui o consultor, o último me perdoe, esqueci o nome aqui, o consultor da UNB, ele disse que nós precisamos identificar as áreas produtivas, essas pessoas já identificaram as áreas produtivas, eles não estão lá à toa, chegaram lá porque identificaram que essas áreas são produtivas, e se nós temos conflito do que foi estabelecido por

um grupo de pessoas antes e o primeiro zoneamento disse: "que as pessoas não foram ouvidas, não houve participação popular", daí a gente pode ter tido algum problema nesse esclarecimento, então a gente precisa resolver agora.

Eu gostaria até que o dia de hoje a gente pudesse considerar, já está instituída a Comissão, que a gente considerasse isso daqui já como uma Audiência Pública componente dessa Comissão, porque uma das etapas é ouvir as pessoas, é ter a participação popular, então que a gente já colocasse isso, que fosse dito aqui pelas pessoas, pelos produtores, que a gente já colocasse nesse documento e considerasse isso tudo e a gente pudesse agilizar de fato e de direito. Eu queria aqui, já que nós temos todos esses órgãos envolvidos, que quando a gente está trabalhando no zoneamento, mas que a gente pudesse também olhar com muito respeito as pessoas que estão lá nas suas propriedades trabalhando. Que a gente evitasse essa história de chegar lá, de ficar fazendo vistoria, de estar tomando equipamento das pessoas, que tivesse tomando os seus bens, o seu gado, o seu pouco que ele já tem trabalhado, que a gente pudesse ver um mecanismo, é lógico que sem burlar a legislação, mas que a gente pudesse ter mais respeito com as pessoas. É muito difícil a gente estar aqui com o pessoal, por exemplo, de Minas Novas, e o conhecimento que a gente tem, que são mais de oitocentas famílias que estão lá e eles estão sendo praticamente humilhados porque para entrar na sua propriedade, para alguém entrar ou sair precisa ser vistoriado. Estão sendo tratados como se fossem bandidos. Isso para a gente é muito ruim, a gente como Deputado aqui, tenta falar a voz das pessoas, mas se sente também angustiado, porque a gente não tem o poder executivo, o poder de resolver, e a gente espera que isso seja o mais brevemente resolvido. E essas pessoas, ao mesmo tempo em que elas passam por essas humilhações, elas também estão com muita dificuldade de ter os seus direitos sociais assegurados, seja saúde, seja educação, enfim, uma série de benefícios que todo cidadão, que toda cidadã tem direito.

E para finalizar, eu só queria aqui também dizer, a gente não pode deixar de reconhecer alguns trabalhos e eu tive a oportunidade de participar de algumas solenidades de entrega de título de regularização fundiária. E a gente fica muito feliz, o Deputado Ribamar teve a oportunidade também, lá em Terra Santa, de estar conosco. Para a gente é maravilhoso participar de uma atividade e ver o brilho, a alegria das pessoas em receber o seu documento definitivo, deles terem a sua segurança de poder fazer o que é melhor para ele, o que é melhor para sua família e saber que a maior herança que ele vai deixar para o seu filho é a sua propriedade assegurada. E a gente queria que isso fosse para todas as pessoas. Parece-me que já foram entregues duas mil, tem nove mil sendo georreferenciadas pela Secretaria de Agricultura, e a gente queria muito poder chegar à União Bandeirantes, chegar em Rio Pardo, em Minas Novas, em Cujubim, Machadinho, enfim, aonde há conflito, aonde isso seja necessário, a gente poder ter a alegria também de compartilhar um momento de festa que é receber o título e ter a segurança da sua terra.

Então eu queria aqui só dizer que a gente, esta Casa de Leis está à disposição, inclusive, para participar desse processo na Comissão para aprovar o que for necessário nesta Casa e para levar a voz das pessoas que estão lá na ponta, para que esse problema seja definitivamente resolvido. E a gente espera que isso aconteça com a maior brevidade possível. Obrigada.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputada Epifânia Barbosa. Gostaria de agradecer a presença do Silvio, do Osmar, de todas as pessoas presentes e concedo a palavra ao nosso nobre Deputado Ribamar Araújo.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO – Excelentíssimo Senhor Edson Martins, proponente desta Audiência Pública e presidindo os trabalhos da Mesa, neste momento; Excelentíssima Senhora Nanci Maria Rodrigues da Silva, Secretária de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, representando o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Confúcio Moura; senhor Sebastião Ferreira de Farias, representando a Superintendência Federal da Agricultura em Rondônia – SFA-RO; senhor Flávio Araújo, Assessor Jurídico, representando o Ministério Público do Estado de Rondônia; senhor Pedro Beber, Secretário Municipal de Programas Especiais; senhor Luiz Pires, Presidente do Sindicato da Agricultura Familiar – SPTR – Porto Velho; Dr. Antônio Melo Lisboa, um dos nossos palestrantes; da mesma forma saudar o Dr. Eraldo Aparecido Matricardi, que é palestrante e parabenizar, neste momento, pela sua brilhante palestra; ao Dr. Belgrando, aqui da AGEVISA; queria cumprimentar os meus colegas de Parlamento, Deputada Epifânia Barbosa, Deputado Maurão de Carvalho, que esteve aqui, Deputado Luiz Cláudio, Deputado Adelino Follador; da mesma forma cumprimentar o meu querido amigo Vereador pela cidade de Porto Velho, não pelo distrito de Jaci-Paraná, Vereador de Porto Velho Jurandir Bengala, meu querido amigo, seja bem-vindo, e, em seu nome, cumprimentar todos os Vereadores que porventura estejam aqui presentes nesta Audiência Pública; cumprimentar o Bordalo, Presidente da Central das Associações; cumprimentar o Márcio da EMATER; cumprimentar o Dr. Wilson, Superintendente da CEPLAC; cumprimentar aqui o Brito, Adjunto do INCRA; o Dr. Odair Martini; cumprimentar o Chagas, meu companheiro de partido, ex-superintendente da CEPLAC; cumprimentar o Carlindo, ex-superintendente do INCRA, que não está mais presente e é um companheiro de partido; cumprimentar o Silvio aqui, Presidente da Associação dos Chacareiros; cumprimentar o Manuel Motora aqui presente, grande lutador, batalhador lá da reserva Rio Vermelho; cumprimentar meu amigo Veronese que não se encontra mais presente, representando o SEBRAE e assíduo frequentador de todas as Audiências Públicas promovidas por esta Casa; cumprimentar aqui meu companheiro Genair, companheiro, grande amigo de partido, que é representante do MDA aqui em Rondônia; cumprimentar o Carneiro, aqui da EMATER; cumprimentar o Zé Cordeiro, também lá da Reserva Rio Vermelho; cumprimentar esse grande líder de União Bandeirantes, o meu amigo Dindin; cumprimentar o Cido, também aqui, lá de União Bandeirantes; minhas senhoras, meus senhores, imprensa, funcionários da Casa, meus queridos amigos e amigos produtores rurais de algumas localidades como Rio Pardo, União Bandeirantes, não sei se tem alguém aqui do Distrito de Jacinópolis, mas se tiver sintam-se cumprimentados; minhas senhoras, meus senhores.

Às vezes eu tenho sido um pouco criticado porque eu sempre coloquei o meu gabinete à disposição daquelas pessoas que se sentem lesadas nos seus direitos; cumprimentar o Nagato aqui, veterinário, Presidente do Conselho de Veterinária; se sentem lesados nos seus direitos. E eu tenho como lema e bandeira de trabalho defender todas as classes, defender os direitos de todas as classes sofridas e humilhadas da sociedade.

E em determinado momento eu soube de uma crítica dirigida a mim, dizendo que eu era defensor daqueles que invadem as reservas. E eu queria dizer que eu sou defensor de todos aqueles que lutam com dignidade, mesmo estando dentro das reservas, mas que lutam pelo seu legítimo e sagrado direito de melhorar e muitas vezes só encontra essa oportunidade tendo que comprar terra dentro de uma reserva, porque muitas vezes não dispõe de capital para comprar uma terra escriturada. Eu sou defensor daqueles que há muito tempo atrás, Dr. Eraldo, vieram de todos os recantos desse país aqui para Rondônia e enfrentaram os mais diversos tipos de sofrimentos e de dificuldades e não se renderam, e trinta e poucos anos depois saímos da condição de um Estado ou de um Território que era uma floresta intacta, que não produzia nada, que não representava nada para o PIB do Norte, e nem do Brasil, para a condição de um Estado em poucos anos, trinta anos é muito pouco para a vida de um Estado. Para ser um dos Estados mais produtivos e produtores desse país em algumas coisas, como a agricultura, pecuária, e caminhando com certa celeridade para a nossa industrialização ou agroindustrialização. Eu sou defensor daqueles que antes o poder público lhes abandonou, como é aqui, eu cito particularmente, o caso da Comunidade de Rio Pardo e de União Bandeirantes, que o Estado não esteve presente, quando eu falo Estado não é o Estado de Rondônia, é o Estado nas três esferas, Municipal, Estadual e Federal, que virou as costas para esse povo e esse povo corajoso não se intimidou, não se acovardou, porque faltava para eles desde a estrada, saúde, educação, segurança e tantas outras coisas mais que o poder público nunca esteve presente lá. E o poder público na hora que se fez presente em primeiro lugar, estava lá para reprimir e chamar esse povo de bandido. É esse povo que eu defendo.

Agora, eu condeno exatamente aqueles que têm o poder da caneta e através de um Decreto criaram a Reserva Rio Vermelho sem respeitar as pessoas que lá já estavam morando, é esse povo que eu defendo. E condeno essas autoridades que não têm compromisso com o povo, que não se preocupam com o bem-estar do nosso povo, eu condeno exatamente aqueles que fazem leis sem conhecer a realidade do povo e muitas vezes sem conhecer sequer a região amazônica, fazem leis para impedir o nosso povo de trabalhar. Eu condeno aqueles que fazem leis para ferir a soberania do Brasil, eu condeno aqueles que deixam de defender os interesses brasileiros para defender os interesses estrangeiros. Condeno aqueles que fazem leis para impedir a ocupação demográfica da região amazônica, coisa que é tão necessária para nos consolidarmos e tornar indiscutível a soberania do Brasil nessa região.

E aí, Dr. Eraldo, seria muito importante, eu ouvi e parabenizo o seu debate, gostaria que todas as autoridades tivessem o equilíbrio que o senhor tem, gostaria que as regras fossem todas equilibradas como o senhor citou aqui, porque não haveria os nossos irmãos penando no campo por falta de assistência e alguém lhe acusando de bandido, alguém montando barreira como esse IBAMA e esse CHICO MENDES, tratando o nosso povo de Rio Pardo e de União Bandeirantes como bandidos. E eu lembro bem, o companheiro Cido e ainda o condenam aquelas autoridades que abusam do poder, abusam da autoridade e aterrorizam a nossa população trabalhadora, como fizeram com o Cido e mais três companheiros, porque estavam fazendo uma reunião numa escola dentro de uma reserva, ali em União Bandeirantes e esses companheiros

passaram vários dias na cadeia e foram destratados, foram humilhados por algumas autoridades corruptas da Polícia Ambiental, que nós fomos ao Comando e denunciemos esse caso, mas de nada valeu a pena. É esse povo que eu defendo e esse outro que eu condeno, vou continuar tendo a minha postura dessa mesma forma, porque eu sou assim, e sempre fui assim, gosto muito de ter a credibilidade do povo. Não defendo os erros de ninguém, mas quem tiver os seus direitos negados eu defendo com unhas e dentes, como tenho feito aqui nesta Casa. Sou um Deputado às vezes muito criticado, porque não aceito a corrupção, essa própria corrupção que existe aqui dentro desta Casa. Agora, infelizmente, pessoas que defendem o povo como eu defendo, pessoas que não entram na corrupção como eu não entro, muitas vezes têm a maior dificuldade de conquistar um voto do povo, porque muitas vezes prefere estar do lado dos bandidos do que estar do lado dos homens de bem. Isto é o que eu mais lamento e não compreendo na política, porque se todos fossem iguais a mim, esse Brasil era uma grande nação, não tenho medo de maneira nenhuma de dizer isso, porque tenho verdadeiramente um coração brasileiro. Se dependesse de mim o Brasil era verdadeiramente um país soberano e o nosso povo trabalhador não sofria as agruras e as humilhações e as opressões que têm que passar. Eu cito sempre como exemplo, Dr. Eraldo, o povo de União Bandeirantes, que quando a gente fazia reuniões aqui com o IBAMA, eu e o Vereador Bengala, que diga-se de passagem, é um grande defensor daquele povo, só chamava esse povo de bandido, era o único adjetivo que tinha para classificar aquele povo. E a gente naquela luta desesperada, dizendo que ali tinha pessoas muito honestas e trabalhadoras, brasileiros que entraram lá, adentraram a mata, enfrentaram a floresta hostil. Muitos deles sem ter condição naquele tempo de comprar sequer uma enxada, mas devido ao seu trabalho de dia e de noite, devido à coragem de trabalhar, hoje são brasileiros, o seu lote formado com cinquenta, cem, duzentas, trezentas cabeças de gado, cinco, dez, quinze mil pés de café e eu pergunto a vocês: Que pecado têm esses brasileiros para serem chamados e tachados de bandidos? Eu vou defender vocês a vida inteira porque faz parte da minha vida não aceitar injustiça. Enquanto eu enxergar a verdade e a justiça eu vou procurar estar junto a todos vocês.

Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Ribamar Araújo, pelo seu discurso. Eu tenho conhecimento que têm muitas pessoas que saíram duas horas da manhã de casa para chegar aqui nesta Audiência Pública. Então eu gostaria de nós sermos mais objetivos, vamos pedir desculpas às pessoas aqui, tem várias pessoas inscritas, mas eu gostaria de ouvir agora a voz, a palavra daqueles que realmente representam os sociais, que representam a voz do povo. Tem o Claudinei, eu vou passar a palavra neste momento ao Claudinei, representando a Via Campesina e o Movimento do MST e depois ao Presidente do Sindicato Luiz Pires, depois ao Cido, lá de União Bandeirantes. E nós vamos estar encerrando em seguida com mais uma fala talvez, porque o horário realmente já não permite muitas falas mais. Muito obrigado.

O SR. CLAUDINEI DOS SANTOS – Bom dia a todos companheiros e companheiras do plenário. Talvez colocar aqui,

como eu não sou Deputado, não preciso fazer discurso, mas trazer provocações e algumas propostas do ponto de vista de, na visão dos movimentos, onde que está de fato o grande problema dessas mudanças de zoneamento. Uma primeira questão que não foi tratada aqui e que é preciso ser dita, é que nós temos um problema que está na natureza da ocupação do Estado de Rondônia, uma natureza jurídica. Então, se não levar isso em consideração, todas às vezes que a gente propor mudanças do zoneamento, nós vamos sempre estar fazendo mudanças numa lei que não vai servir para resolver o conflito, ela vai servir para amenizar e mediar o conflito. O que está sendo colocado aqui como referência em União Bandeirantes e Rio Pardo, não é nada mais, nada menos do que a gente alterar uma lei estadual agora para amenizar e mediar aquele conflito. E o ano que vem vão aparecer outros, porque está na natureza dos problemas jurídicos do Estado de Rondônia, e isso tem de ser levado em conta.

A segunda questão então é que nós temos que nos perguntar: bom, qual que é então a origem das mudanças do que nós estamos propondo de fazer com o zoneamento? Qual que é de fato a origem e a natureza disso que nós estamos querendo propor? Vejam só, nós podemos discutir sustentabilidade, governança, o social, o econômico. Agora, para mim está claro, se nós não tratarmos Rondônia como um Estado que, como eu disse anteriormente, tem o seu problema ligado à situação jurídica do Estado, da natureza jurídica e que essa situação jurídica não resolvida até hoje sempre motivou, e vai continuar motivando, as pessoas irem atrás de terra, os problemas ambientais e nesse caso de zoneamento a origem dessas situações está atrelada às questões agrárias do Estado.

Então, se nós não tivermos disposição, Deputado Edson Martins, como proponente dessa bela plenária, de discutir o problema dos conflitos agrários, nós vamos resolver esse e aquele e vamos continuar sempre, a cada ano que passa, alterando zoneamento, alterando lei para resolver um problema que está maior do que o outro.

Se União Bandeirantes não representasse esse tamanho de problema que é hoje, talvez não teria esta plenária aqui, está saindo porque é um tamanho problema para o Estado, o pessoal está lá, ocupou as terras, se foi irregular, se foi imoral ou não, não é discussão aqui, agora nós precisamos resolver o problema desses conflitos.

Então, discutir a alteração do zoneamento do Estado sem discutir a questão agrária do Estado de Rondônia, nós vamos alterar leis a todo ano que passar. Bom, então o que nós podemos concluir dizendo é que é preciso então, eu não vi aqui na exposição do professor, o último que palestrou, o órgão, talvez, mais importante de estar interagindo nessa questão, eu não vi aqui, que é o INCRA, é o INCRA, não tem como se discutir a operação zoneamento se não discutir com o órgão que eu concordo com essa linha de que a natureza dos conflitos é agrária, o povo se mobilizou de Mirante, de Nova União, de vários municípios do Estado, estão em União Bandeirantes, em Rio Pardo, o que motivou essas pessoas a migrar para lá foi o quê? Foi terra, é terra, são pequenos agricultores que não têm acesso à terra.

Então, fazer discussão da alteração do zoneamento sem ter o INCRA como carro-chefe nesse debate, termino dizendo, vamos alterar o zoneamento mais uma vez, vamos mexer na lei que for preciso, resolver União Bandeirantes e Rio Pardo, que é o maior problema hoje, o ano que vem o Deputado Edson

Martins vai chamar novas audiências para mudar de novo, porque outros problemas desses vão aparecer. porque, como eu disse, a natureza desses conflitos é a movimentação que o povo que não tem acesso à terra tem que fazer para ir em busca dessas áreas. E quando a gente faz isso, nós dos movimentos temos consciência que quando você faz esses deslocamentos você cria, por tabela, outras situações porque o povo se desloca para ir para regiões que não poderiam estar habitadas por gente, que não poderiam fazer a disputa com terras de quilombolas, de indígenas, então veja, ter uma política que resolva o problema agrário, que fixe as pessoas num lugar definitivo, que quando o INCRA assenta é assentamento de verdade, o cara tem um título dali um tempo, ele não tem necessidade de sair dali para ir atrás de terras em outros lugares, vai ter política pública de assistência técnica, de crédito, de moradia, você resolveu concretamente o conflito. Agora, deixar com que as pessoas vão atrás desses objetivos, aí o Estado vai estar sempre na contramão, operando no sentido contrário daquilo que é o principal problema.

Bom, isso é um pouco do que a gente queria tratar, dizer que as questões jurídicas do Estado, a natureza jurídica do nosso Estado e a não presença do INCRA efetivamente num debate como esse, para mim é válida a iniciativa, Deputado Edson Martins, mas fica o início de uma construção bastante dificultosa por não ter atrelado essas duas questões. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Claudinei. Nós vamos ouvir agora o Presidente do Sindicato Luiz Pires. Gostaria só que pudesse ser bem breve e objetivo, porque tem ainda várias pessoas para falar.

O SR. LUIZ PIRES – Quero cumprimentar o Deputado Edson Martins, proponente dessa audiência pública, que é fundamental, todas as audiências públicas feitas nesta Casa foram fundamentais, mas eu acredito que esta audiência pública é uma das mais fundamentais que está acontecendo hoje aqui nesta Casa de Leis, e também gostaria de agradecer e fico muito feliz de ter vários Deputados aqui. Cumprimentar a Mesa em nome do nosso amigo Farias, em nome do Márcio, eu quero cumprimentar todos os produtores rurais de União Bandeirantes e de Rio Pardo. E dizer para os senhores e senhoras, não precisaria nós da agricultura familiar ou os senhores estarem aqui hoje, não precisaria nós estarmos aqui nesta audiência pública, não, os senhores sair de União Bandeirantes, de Rio Pardo, o que nós precisamos ter, com toda sinceridade, como agricultor, Salvador, que nossas autoridades têm que ter mais coragem, mais atitude para resolver essa situação da regularização fundiária e da 3ª Aproximação. Nós temos visto o trabalho que o Governo tem feito, mas nós precisamos de atitude, eu quero ressaltar o despeito, a tristeza que eu testemunhei em Rio Pardo, e o Ministério Público está aqui presente hoje, a Secretária da SEDAM, a Nanci, nós deixamos lá, Salvador, agricultores não poderem se mover, crianças não poderem ir para uma sala de aula em Rio Pardo porque não podemos encascalhar uma estrada porque é uma reserva e o Ministério Público não deixa tirar cascalho, é muito mais importante cascalho do que uma população que dá comida para o povo brasileiro, isso é uma vergonha para nós, nós não podemos encascalhar Rio Pardo porque é uma área de reserva e o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual

não deixa tirar cascalho para nós encascalharmos essas estradas.

Eu estou perguntando para os senhores agora que estão presentes, para o Ministério Público, nós temos uma área produtiva em Rio Pardo, um dos distritos que mais produz, o que vale? Será que essa agricultura familiar, esse povo de mão calejada que está ali em Rio Pardo não tem valor? Dentro de uma reserva o cascalho tem mais valor do que essa população que vive em Rio Pardo? É inadmissível isso aí.

Quando se fala em combater a miséria, Deputado Edson Martins, o Governo federal quer combater a miséria no campo, quer combater a miséria o Governo estadual, a própria Assembleia fala, para combater a miséria não precisamos de um salário, de meio salário, de cesta básica, para combater a miséria tem que respeitar o produtor rural, e esse produtor rural não precisaria estar aqui, nós, como Sindicato, como Federação, como esse Governo, nós irmos lá na área rural e dar o direito, dizer "aqui está o documento da tua terra, aqui está o direito, seja um brasileiro legítimo, deixe de ser humilhado". Porque esse povo, Salvador, esse povo é humilhado. Eu estive em Rio Pardo esses dias, eu fiquei muito triste de ver um produtor rural, porque ele cortou um monte de lenha, foi multado porque ele cortou um monte de lenha para queimar no seu fogão. Agora eu pergunto uma coisa: que tipo de IBAMA nós temos? Que tipo de Chico Mendes nós temos? Nós somos gratos pelo trabalho que tem feito a nossa Secretária Nanci, mas, senhores e senhoras, eu quero dizer, neste momento, o produtor rural nunca foi respeitado pelos órgãos ambientais, agora ele está sendo respeitado, mas nunca, só até agora foi humilhado. E nós queremos dizer o seguinte, nós não precisamos da cidade, é a cidade que precisa de nós. Hoje esta Casa de Leis está aqui por causa de quê? Porque nós votamos nesses Deputados. A SEDAM existe por causa de quê? O IBAMA existe por causa de quê? Porque tem a agricultura familiar que produz 80% da alimentação deste país, somos nós pequenos produtores rurais, nós temos 24% das terras concentradas na mão da agricultura familiar, 76% nós temos concentradas na mão de meia dúzia de latifundiários. Então, precisa-se que as autoridades deste Estado de Rondônia tenham coragem de fazer uma reforma agrária decente, como falou nosso companheiro, e de distribuir essas terras, não temos necessidade de ver muitos companheiros debaixo de lona. O Sindicato, a Federação jamais diz que está induzindo para invadir terra, não, está induzindo para dizer o seguinte: Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, INCRA, todos os senhores, se nós não produzirmos vocês não comem, se nós não produzirmos ninguém come. O arroz e o feijão que vêm à mesa do Ministério Público, é de uma mão de um produtor calejado como está eu assim dizendo para os senhores: "eu não vim aqui atrás de uma cesta". Vinte anos um produtor vive na área rural, sabe o que é, eu quero dizer para os senhores, vinte anos o produtor em cima de uma terra e ele chegar para um órgão ambiental e ser humilhado, é inadmissível. Tudo que o produtor fez está ali, vinte anos, Bengala, tem produtor que tem quinze anos, vinte anos e ainda é chamado de invasor. Vamos respeitar essa produção rural, vamos respeitar esses produtores, pelo amor de Deus, vamos parar com isso aí. Nós estamos propondo, Federação da Agricultura, estamos propondo, Sindicato e CONTAGRI, que o companheiro ali, que nós paralisássemos este Estado de Rondônia por dois dias, nós vamos paralisar este Estado de Rondônia por dois dias, de

Vilhena ao Acre, para mostrar para vocês o que é uma agricultura familiar. Nós vamos fazer isso, Bengala, nós precisamos fazer isso aí, nós queremos ser parceiros desse órgão ambiental porque até hoje, começou de hoje para frente, de uns dias para cá, mas até o ano passado nenhum órgão ambiental respeitou o produtor rural, nós temos um montão de bandido aqui assaltando e matando, temos necessidade do IBAMA, da SEDAM, do Chico Mendes chegar na casa de um produtor rural, que ele come carne uma vez por semana, com cinco policiais armados? Isso é uma vergonha, nós queremos ser parceiros de vocês, nós não precisamos, Salvador, nós não precisamos receber o IBAMA ou a SEDAM, ou o Chico Mendes com seis, sete policiais ou dez policiais armados nas nossas casas. Nós não precisamos disso, nós sabemos o que é o meio ambiente, o pessoal diz que nós não respeitamos, que nós somos isso, não, nós nunca fomos ouvidos, nunca foram na nossa casa dizer: eu quero ser parceiro de vocês. Nunca, meu caro Deputado, nunca aconteceu isso.

Eu queria, para encerrar as minhas palavras, dizer o seguinte: no *Grito da Terra*, nós protocolamos um documento para o Governo do Estado, e protocolamos em todos os gabinetes dos Deputados, e aqui tem, junto com a Federação e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, uma sugestão onde nós podemos chegar nessa 3ª Aproximação. Eu gostaria de convidar o nosso companheiro Pedro Bordalo de Oliveira para passar às mãos da Secretária esse documento aqui, e eu gostaria, Deputados, analisem com carinho, analisem com carinho esse documento, porque nós fizemos o *Grito da Terra*, um *Grito da Terra* fantástico, eu gostaria que todos os Deputados, em cada gabinete, foi esse documento onde fala das reservas, onde fala das RESEX, eu gostaria que o nosso companheiro passasse para as mãos da nossa Secretária.

Eu gostaria de dizer para esta Casa de Leis, não vamos deixar que esta audiência pública seja mais uma audiência pública, meu nobre Deputado, não vamos deixar esta audiência pública virar, como diz assim, mais um enchimento de lingüiça, não, esse pessoal está cansado de audiência pública, esse pessoal está cansado de reunião, esse pessoal está cansado de fazer isso e aquilo. Eu gostaria de dizer para os senhores e essas autoridades que estão aqui, vamos mostrar que esse Governo do Estado veio para fazer diferença, que a Assembleia Legislativa está aqui para fazer a diferença, e mostrem resultados dentro de quatro meses, porque se nós formos esperar com essa paciência, que a 2ª Aproximação nós gastamos mais de vinte dois milhões de reais, e nessa 3ª Aproximação nós vamos gastar mais de quarenta milhões de reais, se nós não nos reorganizarmos, esse pessoal vai morrer, os filhos deles vão ter netos e não vai ser aprovado e nenhum produtor desses vai ter documento, não.

Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Agradeço as palavras do Luiz Pires, que tem defendido com muita garra o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto Velho.

Concedo a palavra neste momento ao nosso Administrador do município lá de União Bandeirantes, o Cido.

O SR. JOSE APARECIDO – Quero cumprimentar aqui o Deputado Edson Martins, a Deputada Epifânia Barbosa, Deputado Ribamar Araújo. E dizer o seguinte: Não estou desmerecendo os outros Deputados, mas esses três Deputados

são aqueles que vão lá onde o produtor mora, passo a passo, conhecem todas as linhas onde as pessoas moram, e por isso que estão aqui defendendo cada produtor e produtora rurais. Cumprimento também a Dra. Nanci, e quero fazer justiça aqui, quando a Nanci assumiu a SEDAM, a gente tem todo conhecimento, União Bandeirantes mudou muito, ela nunca mediu esforços de estar lá discutindo com a população de União Bandeirantes todos os problemas ambientais daquela região, sempre deixa o seu gabinete e vai lá ver a situação que se encontra aquela população, isso eu agradeço, porque nem todo secretário faz isso. Cumprimento também aqui, em nome do Cabral, que é o Presidente da Associação da Linha F, o Juca, que é da Linha 7, todos os Presidentes que deixaram, não só os Presidentes, mas os trabalhadores e trabalhadoras rurais que deixaram suas casas e vieram até aqui para ver esse bate papo. Quero cumprimentar também aqui todo pessoal da EMATER, em nome do Dr. Mozart, quero cumprimentar todos os advogados e pedir, Deputado Edson Martins, Dr. Mozart, para quem não sabe, ele é o advogado que cuida daquela situação da RESEX de Jaci-Paraná, e ele teria um recado para dar aqui na Assembleia, quem sabe poderia abrir um espaço para que ele pudesse falar. E dizer a todos vocês trabalhadores e trabalhadoras rurais, quando nós fomos comunicados para esta audiência pública, nós viemos com o intuito de chegar aqui e encontrar o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, o INCRA, a SEDAM e o IBAMA, para que nós pudéssemos discutir junto com esses órgãos qual seria a realidade daquela localidade onde nós moramos, porque não adianta, Deputado Edson Martins, nós debatermos e amanhã nós nos depararmos com a situação que se encontra União Bandeirantes, porque o produtor rural que mora lá no final da linha, que não teve condição de estudar nem até a 4ª série, ele não conhece das leis e nem tem a obrigação de conhecer das leis, e de repente está sendo desrespeitado.

Eu queria fazer um apelo aqui, e fazer uma proposta para est a audiência pública, ao invés de o povo se deslocar de suas casas quatro horas da manhã, duas horas da manhã para vir à Assembleia Legislativa, muitas vezes discutir discursos fáceis, que cada autoridade vá a essas comunidades para conhecer a realidade de cada um. Porque na véspera da eleição, eu tive um grande problema com o ex-Presidente desta Casa, quando foi em União Bandeirantes, começou a fazer um discurso fácil, eu pedi que respeitasse aquela população, porque aquela população podia estar em uma área proibida, mas também votava e era cidadão de bem. Mas infelizmente não foi isso que aconteceu, nós ficamos de novo esperando a regularização, hoje eu quero parabenizar o Deputado Edson Martins por essa iniciativa, porque o Deputado foi eleito justamente para isso, para correr atrás, ir ao encontro das pessoas que realmente necessitam e se tem alguém que necessita da sua escritura da terra é esse povo que está aqui olhando para vocês, esse povo de União Bandeirantes, de Rio Pardo, de Jacinópolis, de toda essa região que se encontra em conflito.

Em 03 de dezembro de 1999, esse povo começou a União Bandeirantes, pessoas migrantes e imigrantes de outros lugares que construíram União Bandeirantes. Com o desenvolvimento apareceram muitos problemas e nós éramos manchete no jornal todos os dias, "cidade de bandidos e baderneiros". Mas hoje eu provo para qualquer um Deputado federal, estadual, para qualquer Senador, é dali que é o maior distrito produtivo,

que produz para trazer o pão de cada dia para a mesa das nossas autoridades.

Então, eu queria fazer um apelo com muito carinho, com todo respeito que eu tenho pelas nossas autoridades, mas olhem por esse povo da mão calejada, porque não vão muitos dias, e olha que eu sou da paz, eu estou enxergando um conflito nessa região com os órgãos ambientais, porque como pode um pai de família sair atropelado da casa porque chegou o IBAMA, para lutar, para correr atrás, eu sei que não podemos destruir a floresta, mas, pelo amor de Deus, gente, nossas autoridades constituídas olhem com carinho, vamos lá discutir com esse povo que não conhece ainda a lei, vamos lá para a gente sentar de perto antes que o conflito seja maior. Este é meu apelo aqui nesta Assembleia Legislativa.

Agradeço a todos vocês por esta consideração de estarem aqui nos ouvindo, agradeço o Sindicato que fez um papel importante de pedir a inclusão de União Bandeirantes naquela pequena área que se chama Reserva Extrativista, que hoje sequer nós estamos proibidos de passar uma patrol para fazer estrada lá para que os alunos possam vir para a escola. Meu abraço a todos, muito obrigado e que Deus possa iluminar o coração de cada autoridade nossa e olhar com carinho por esse povo sofrido.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Muito obrigado ao Cido. Eu agradeço ao nosso querido Deputado Adelino Follador, Deputada Epifânia, aqui presente. Concedo a palavra neste momento ao Senhor Genair, representando o MDA.

O SR. GENAIR CAPELINE – Eu quero saudar a todos, deixar o meu abraço e deixar também um abraço do Ministro Pepe Vargas, a todos e a todas, quero saudar aqui na pessoa do nosso Deputado, parabéns aí, quero saudar toda a Mesa e parabéns por ter provocado com esta audiência pública esta discussão aqui.

Eu sou trabalhador rural e fui vereador por dois mandatos, fui vice-prefeito da minha cidade, renunciei agora, está com mês e pouco, e assumi a Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Estado de Rondônia. Mas eu fui militante da Pastoral da Terra desde que a Pastoral da Terra nasceu no Estado de Rondônia na a Diocese de Ji-Paraná, em 1983, quando nasce a Pastoral da Terra, eu comecei os primeiros passos de liderança na Diocese de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia. Depois eu militei como representante da Pastoral da Terra no Conselho da Pastoral da Terra no Estado de Rondônia de 90 para cá. E essa discussão, eu gostei quando os nossos companheiros expuseram aqui para nós a respeito do Zoneamento Sócio-ecológico Ambiental, porque eu acompanhei naquele momento. E o Deputado Jean, disse uma coisa: o povo quer o zoneamento. Olha, não foi isso que a gente viu quando a gente iniciou esses trabalhos de zoneamentos, acompanhou. O POLONOROESTE, que o nosso colega aqui falou dele, ele veio para abrir o Estado de Rondônia e nós fizemos a desgrameira aqui no Estado de Rondônia. Depois foi criado um novo polo, PLANAFLORO, que era para endireitar a desgraceira que nós fizemos, e não endireitou nada, estruturou um pouco o Estado. Essa questão que o pessoal está reivindicando aqui hoje, isso aconteceu sem discussão com a sociedade, foi uma negociação, um acordo para investimento no Estado de Rondônia, isso que aconteceu e está sobrando para os nossos dias de hoje, aí nós precisamos fazer

alguns remendos; são leis que têm que avançar, essa questão do meio ambiente, isso aí não foi a Nanci que fez, não foi o INCRA que fez, por exemplo, a reforma agrária ela não avança, não é culpa do INCRA, é culpa de duzentos e quatro Deputados Federais que a gente tem, que defendem o latifundiário, não defendem a agricultura familiar, isso também a gente tem que acordar, a agricultura familiar, ela só vai se a uma sustentação se os nossos Deputados, aqui está o nosso representante do Deputado Padre Ton, o Iremar, que está fazendo as anotações para levar para o nosso Deputado, para defendê-la no Congresso Nacional.

Eu estou viajando, está com trinta e poucos dias que eu assumi, eu estou viajando e o Ministro ontem encaminhou um email para mim dizendo: "Quais são os maiores problemas que vocês estão enfrentando hoje no MDA?" Sinceramente, a violência no campo não é o meu papel mediar isso, mas nós passamos, o Brito está aqui de testemunha, nós passamos a semana passada com uma Ouvidora Agrária dentro do INCRA, esta semana de novo, nós tivemos que levar lideranças para conversar com o Bispo sobre violência no campo, e a maior preocupação da sociedade, dos trabalhadores e trabalhadoras é a regularização fundiária, ela está dentro do MDA, ela está dentro do MDA e aí me passaram um email dizendo: "Qual é o maior problema?" Eu vou passar para o Ministro hoje à tarde: o maior problema é a regularização fundiária.

Agora, o que acontece? Nós queremos o título, é isso que vocês querem, não sei se é zoneamento ecológico, porque o zoneamento, ele assustou os trabalhadores. Quando eu participava dessa discussão de zoneamento, eu ficava assustado com o que ia acontecer no Estado de Rondônia. Porque foi criado um acordo, hoje, por exemplo, a situação de União Bandeirantes, e qual o outro município que foi citado aqui, outro distrito? Rio Pardo. E desses acordos que vieram e o pessoal ocupou as propriedades e hoje estão aí. Agora, o que eu queria dizer: eu sou representante do Governo Federal e estava aqui o Ministério do Desenvolvimento Agrário, parceiro do Governo do Estado, todo recurso que o Governo do Estado investe em nome da agricultura familiar ele passa pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, e eu quero me colocar à disposição do Estado de Rondônia, dos órgãos competentes para ajudar, eu acredito que não vai resolver totalmente o problema, mas para a gente ir resolvendo por etapas, por etapas, que isto não é fácil de resolver. E eu espero, parabeno o Deputado, por esta audiência pública e espero que o Governador do Estado abrace isso com muito carinho, e me coloco, a Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e o mandato do Deputado Padre Ton.

Agora, eu peço para vocês que o elegeram Deputado Federal, deve ter alguns representantes de Deputado Federal aqui fazendo anotação também, porque do nosso Deputado Federal, Padre Ton, está aí o Iremar para encaminhar para ele a preocupação de vocês e a preocupação da Assembleia Legislativa em relação ao zoneamento. Agora, eu queria até deixar aqui um pedido de público ao Governo Federal que reestruturasse o INCRA, que fortalecesse cada vez mais, é o meu pedido que vou fazer para o Ministro hoje à tarde, através de um email, que reforçasse o *Terra Legal*, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA para ver se isso avança com mais tranquilidade.

Agradeço aqui esta oportunidade e me disponho aqui, a Delegacia do MDA está na sede do INCRA, tem lá uma placa

MDA, se vocês quiserem me encontrar para passar as reivindicações, eu acatarei com todo carinho e encaminharei para o Ministério do Desenvolvimento Agrário ou para o Deputado Federal Padre Ton, para a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras. Um abraço.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Muito obrigado, Genair. Para encerrar, nós vamos conceder a palavra, por três minutos, para o senhor José Cordeiro, e depois ao Dr. Mozart, da RESEX, falar sobre a RESEX, então três minutos para que possa deixar a sua participação também.

O SR. JOSÉ CORDEIRO RIBEIRO – Quero agradecer pela oportunidade, agradecer ao Deputado, à Nanci e a todo esse pessoal que está aqui, esses agricultores, porque a gente não tem muito tempo, porque a gente tinha muita coisa para falar, muita coisa para se explicar, mas o tempo é muito pouco. Só queria lembrar, porque aqui não foi citada a Gleba Cuniã, e a Gleba Cuniã também tem parte em conflito e ninguém falou, porque lá nós temos a reserva Rio Madeira B, que é a reserva extrativista. O que acontece? Nós temos, a maior parte desse pessoal também é de lá, eu queria pedir, pessoal, a colaboração de vocês, quem é Gleba Cuniã, se puder levantar, por favor, para o pessoal ver quem é da Gleba Cuniã que está aqui, que nossa Gleba não foi citada aqui, nossa Gleba está esquecida. O que acontece? A nossa linha não está sendo lembrada pelo pessoal, nossa linha lá C-10 está esquecida, as linhas C-1, C-2, C-3, C-4, C-5, C-10, C-15, por diante pessoal. O que acontece? Nós também estamos passando por seguidas humilhações lá, esses dias atrás a gente não podia entrar nem com um litro de gasolina para começar, nenhum litro de cachaça, um litro de álcool para colocar num carro lá dentro, porque não podíamos passar. E a outra, eu quero pedir pessoal, o nosso tempo é muito pouco, então vamos abreviar, que eu tinha muita coisa para falar. Mas é o seguinte: eu queria ver com vocês, repassar, porque nós lá estamos gradeando um sapé, porque é a época de nós estarmos plantando as nossas roças. O que acontece? O pessoal da SEDAM, não sei se a Nanci tem conhecimento disso, mas o pessoal da SEDAM está atrapalhando, vai lá, manda parar o trabalho, que a gente está gradeando onde já era a roça, onde já tinha macaxeira plantada, e a gente tirou a macaxeira, tem que gradear agora para a gente plantar de novo. O que acontece? O pessoal vai lá: "aqui vocês não podem gradear". De que nós vamos viver daqui a seis meses? Nós vamos fazer farinha de quê? E se nós não podemos entrar com o trator, o que acontece? Ali não tem como passar a estrada, que nem vocês estavam falando. Eu trouxe até uns documentos para a gente falar sobre isso, mas o nosso tempo é muito pouquinho, nós precisávamos de pelo vinte minutos, Deputado, mas se houver outra audiência, eu quero que o senhor colabore aí com a nossa Gleba, porque nós precisamos ter uma solução para esse pessoal lá, nós precisamos plantar a nossa terra e agora é o tempo, é a hora, se passar de agora, como a gente vai fazer?

Então a gente queria pedir para a Secretária ver, rever isso lá, porque a gente precisava plantar e o pessoal vai lá, não quiseram dar nenhum documento, como eles pararam, eles pararam a gradeação porque a gente não pode plantar. Então eu quero agradecer todo esse pessoal aí, que o nosso tempo é curto, mas agradecer pela oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Muito obrigado aí ao José Cordeiro, agradeço a todas as pessoas que vieram da Gleba Cuniã. Nós estamos limitando o tempo realmente em respeito a vocês que vieram de longe, com certeza o horário não permite mais. Mas numa próxima audiência, com certeza, nós vamos estar ouvindo vocês para que a gente possa realmente conduzir esse trabalho.

Eu passo a palavra para o Dr. Mozart, que vai usar, e depois o Luiz está pedindo um minuto para a gente estar concluindo.

O SR. MOZART LUIZ BORSATO KERNE – Excelentíssimo Senhor Presidente desta solenidade, Edson Martins, receba as homenagens e aqui estendida a todas as autoridades presentes à Mesa. Aqui nós concordamos em gênero, número e grau com todos os discursos que anteriormente foram firmados aqui em plenário. O que nós temos a enaltecer, como o tempo urge e a necessidade de vocês todos se resume na questão do tempo e utilização da terra que vocês estão no momento. Qual é a sugestão que nós damos a essa comissão que vai enfrentar, que seja concedida uma permissão de uso temporariamente até ser efetivado ou concluída essa terceira etapa que será feita. Nós sabemos que demanda muito dinheiro para o Estado gastar e disponibilizar para fazer esse trabalho e é um trabalho que tem que ser feito, bem feito. Eu agradeço a exposição e o tempo permitido.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Luiz Pires com a palavra.

O SR. LUIZ PIRES – Um minuto, pessoal. Eu gostaria de dizer para o pessoal da Cuniã que eles estão inseridos neste documento, sim, aqui está o documento de vocês que nós entregamos à Secretária e entregamos ao Governador do Estado. Agora, eu queria fazer um pedido para esta Casa de Leis, eu gostaria de fazer um pedido para a Secretária Nanci e para os representantes dos órgãos ambientais. Isso é uma vergonha e nós não podemos admitir que possam impedir pessoas que moram há quinze anos, vinte anos, levar um litro de gasolina, porque o seguinte: isso já é tipo de um cárcere privado, é bom parar com isso aí, gente. Nós vivemos no Brasil. Muito obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Eu gostaria de agradecer a presença de cada um de vocês, a cada um que também deixou a sua participação aqui nesta audiência pública. Vamos passar a palavra para a Secretária Nanci, ela vai concluir aqui. Cinco minutos para que a Secretária Nanci possa fazer alguns esclarecimentos.

A SRA. NANCY MARIA RODRIGUES DA SILVA – Boa tarde a todos que agora já é tarde. Dizer a vocês logicamente que há uma ansiedade muito grande, eu ouvi atentamente a fala dos Deputados e dos representantes. E dizer que quando nós apresentamos aqui a audiência convocada pelo Deputado Edson, nós apresentamos, sim, as etapas do zoneamento, e dizer que para nós estarmos votando hoje aqui, como foi o pleito de alguns Deputados, o zoneamento precisaria ter iniciado há três anos e a lei que aqui foi votada da 2ª Aproximação do zoneamento, ela previa mudanças a partir de um ano. Mas nunca ninguém teve a ousadia de fazer isso, muito pelo contrário. Então, o que acontece? Nós hoje estamos fazendo o

zoneamento, e eu tenho ido às comunidades e explicado, como eu estive em Minas Novas com o Deputado Maurão na semana passada, reunimos seiscentas pessoas que estão dentro de uma unidade de conservação, para nós fazermos um acordo com o TAC numa conversa com o Ministério Público Estadual, para nós podermos conseguir amenizar a situação da Ação Civil Pública até a conclusão do zoneamento, que estamos com uma previsão de concluir pelo menos a etapa das áreas de conflito por onde nós iniciamos o trabalho até junho do ano que vem.

Então, assim o zoneamento, a 2ª Aproximação, ela levou cinco anos, nós já estamos trabalhando no zoneamento para executarmos essa Aproximação nas áreas críticas até junho do ano que vem. Estamos com meta e um trabalho árduo para resolver a situação de vocês. Algumas comunidades que estão com a decisão liminar da Ação Civil Pública, nós estamos buscando um acordo, nós vamos ter no dia 20 de agosto uma audiência judicial com o Ministério Público Federal e Estadual para resolver situação, por exemplo, de escolas nessas áreas de unidade de conservação, logicamente vocês estão lá, estão irregular e tem uma liminar, uma decisão, e nós não temos nos furtado, muito pelo contrário, nós temos tido atitude que não teve ao longo do zoneamento. Nós estamos tendo atitude de ir até a justiça, de ir até vocês, de negociar e de discutir essa problemática que se estabeleceu no Estado de Rondônia. Nós poderíamos estar hoje, sim, discutindo, Deputado Edson, a aprovação do zoneamento se tivesse tido essa atitude anteriormente de fazer o zoneamento há três anos. Hoje nós estamos discutindo um paliativo para que nós possamos ter daqui a um ano o zoneamento.

Então, a Secretaria de Meio Ambiente está assim: nós estamos, sim, em algumas unidades de conservação que vocês estão com uma liminar na mão, e aí nós somos órgãos executores, não há como nos furtar. Mas estamos quase que diariamente fazendo reuniões com os entes que têm o poder para decidir de relaxar essa liminar para chegarmos a um acordo.

Quando fui a União Bandeirantes, o Ciro citou aqui, obrigada, Ciro, quando fui a União Bandeirantes pedir desintrusão da área para que a gente pudesse pelo menos dar um sinal de subsistência àquela comunidade, no início do ano passado, tinha duas mil pessoas lá revoltadas, porque havia uma ação, sim, do IBAMA lá dentro, e nós fomos até a Ministra pedir que tirasse e assumi o compromisso de assumir União Bandeirantes e assim eu fiz e estou lá monitorando diariamente, porque faço parte do movimento de reforma agrária deste Estado de Rondônia. Faço e defendo e sempre estive, mas eu faço parte de uma ação verdadeira, efetiva, e não de discurso, e quem está na comunidade sabe porque eu tenho ido às comunidades não é de agora. Desde que se estabeleceu o conflito em Rio Pardo, há cinco, seis anos atrás que eu estava lá com o vereador Bengala buscando solução para isso.

Mas eu quero me alongar um pouquinho, dá licença, só um pouquinho, só para dizer e responder, falar de algo que realmente o Claudinei do MST falou. E que o problema de Rondônia é de natureza jurídica. E realmente é, quando eu disse que estava despachando com o INCRA uma vez por semana é porque a natureza jurídica ela é ambiental e agrária. Nós precisamos, sim, estamos para resolver definitivamente numa proposta política de governo a situação agrária e ambiental do Estado de Rondônia. E vocês que estão dentro de unidade de conservação têm uma situação ambiental a ser

resolvida e que nós vamos resolver com a 2ª Aproximação do zoneamento, já estamos trabalhando nisso. E aqueles que estão no entorno das unidades de conservação e na zona 2 têm uma situação agrária a ser resolvida, que nós vamos resolver na 2ª Aproximação do zoneamento junto com INCRA. Então, nós estamos efetivamente executando ações de resoluções de conflito no campo, conflitos agrários e ambientais e os Deputados que têm estado comigo, solicitado a presença da Secretária, tem consciência hoje de que problema para ser resolvido é ambiental e agrário. Eu tenho acompanhado em todos os lugares deste Estado, em reunião, sem me furtar de nenhum espaço, seja sábado, domingo e feriado, para falar com a comunidade e ouvir e dizer isso à comunidade, que nós estamos trabalhando no esforço sobre-humano, porque não temos hora para trabalhar. Para que a gente, o mais rápido possível, e eu tenho certeza que a maioria das pessoas que eu estou vendo aqui sabe disso, porque têm me visto na sua comunidade.

Então, isso eu queria deixar, nós não temos, nós não estamos fazendo muito auê, porque nós estamos trabalhando para que a gente possa, como eu falei, quero ratificar estar votando aqui, sim, o zoneamento. O zoneamento que vai resolver a situação de vocês em cima do que a lei permite a partir do estudo técnico, estamos até lá, até que a gente possa resolver definitivamente a situação de vocês, interferindo judicialmente para que a gente possa contornar essa situação de vocês, que é diária, e eu sei que é diária, porque eu tenho ido onde vocês estão.

Então, eu quero dizer muito obrigada, aguardem, fiquem nessa situação que eu tenho pedido sempre para vocês, de parceria com a Secretaria, é lógico que tem situação de vocês que nós não vamos resolver agora, mas pelo menos nós podemos estar sempre conversando e buscando os meios legais para resolver. Obrigada.

O SR. ENERLY MARTINI – Uma pergunta, senhora Secretária, por favor.

Eu sou Enerly Martini, sou um membro de uma comissão provisória gestora da Associação de Moradores que também estamos na Gleba Cuniã e diante do que houve aqui, uma certa ignorância em torno dos nossos irmãos agricultores aqui do Cuniã, e tendo em vista que a senhora um dia desses esteve na Câmara com a gente em uma Audiência Pública e só foi citado Gleba Cuniã com a grande maioria das pessoas, agora quando nosso amigo José, um dos nossos representantes, citou então, eu gostaria de perguntar, devido a sérios indícios, o Governo do Estado trava o seu assessoramento de produzir no sentido de produzir o bem-estar do povo da roça, do agricultor, porque um assessor disse: "vamos tentar fazer isso para você." O outro procurando fazer. E a senhora, Secretária, citou: "acreditando em fazer." Fica evidenciado que está havendo uma certa insegurança, ou alguém está travando esse assessoramento, que é brilhante, eu reconheço pelos esclarecimentos que foram feitos. Obrigada.

A SRA. Nanci Maria Rodrigues da Silva – Na verdade, gente, quando falamos de ocupação em unidade de conservação, nós estamos falando daquilo de natureza judicial das questões ambientais; a Gleba Cuniã, e aí vamos falar especificamente da Gleba Cuniã, é uma unidade de conservação, tem uma lei, e nós só vamos conseguir isso, o eu já falei em reunião lá na nossa Secretaria e em reunião na Câmara, nós só vamos conseguir definitivamente resolver essa situação

quando nós concluirmos a revisão do zoneamento. Nós já tivemos essa conversa, porque não há como nem a Assembleia nem a SEDAM desfazer uma lei sem que cumpra as determinantes dela. Então, Gleba Cuniã ela não difere das demais unidades de conservação ocupadas, Cujubim, Machadinho, Porto Velho têm unidades de conservação ocupadas com a finalidade para a qual ela não foi proposta, precisa de uma nova lei, que é o que nós estamos fazendo, e aí é a revisão do zoneamento. Até lá nós estamos fazendo a interferência jurídica para tentar minimizar a situação que vocês estão lá, até que a gente mude a natureza jurídica daquele espaço físico, que é a unidade de conservação, e que isso vai estar no estudo de zoneamento.

É isso. Então, quando a gente fala é possível? É possível lá no estudo do zoneamento, até lá nós estamos trabalhando realmente com o paliativo. É isso.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado à Secretária Nanci. Para encerrar, eu concedo a palavra ao Sebastião Farias, representante do Ministério da Agricultura, que também possa deixar a sua contribuição.

O SR. SEBASTIÃO FERREIRA FARIAS – Senhor Deputado Edson Martins, em seu nome cumprimento os colegas membros da Mesa, colegas gestores, colegas técnicos, produtores, suas lideranças e demais senhores e senhoras.

Só complementando, nós vamos ser breve e complementar alguma coisa sobre o zoneamento, a gente entende que parece que as pessoas ouvem zoneamento, uns acham que é uma forma de causar problema, outros acham que é uma forma de pressionar, de tirar, de balancear e de privilegiar alguém. Não, o zoneamento, como o próprio palestrante explicou aqui muito bem, tem diversas formas, mas o que é o zoneamento, como ele mesmo perguntou aí? Para que serve?

Em primeiro lugar, o zoneamento é uma condensação de tudo aquilo que nós temos de informação e conhecimento que vai nos mostrar a realidade do Estado numa carta. O que nós temos? O que nós temos de forte? O que temos de fraco? O que é que é preciso melhorar e o que quê é preciso manter? Então, o zoneamento, além dessas formas de conhecimento e informação, ele vem exatamente subsidiar as políticas de Governo; políticas públicas de Governo do Estado, da União, dos Municípios, onde é possível, e mais ainda ele vem da base e vem amparar planejamentos racionais, que aí pode acrescentar-se o termo desenvolvimento sustentável, ou lá outro qualquer. Mas ele visa exatamente garantir base para que políticas públicas, sejam definidas racionalmente, discutindo, levando em conta os produtores, a população como um todo, mas principalmente ele dá subsídio para que nós tenhamos propostas, planos, projetos, planejamentos racionais que atendam ao meio ambiente, que atendam à sociedade, que atendam ao interesse econômico que mantém essa integração, mas principalmente que garanta os direitos das pessoas. O zoneamento também ele tem uma importância muito grande para nós e vocês não imaginam porque aqui teve o primeiro, e teve uma segunda aproximação, Rondônia foi pioneira tanto no zoneamento como na proposta de planejada do Governo Federal no conceito moderno que nós conhecemos hoje de desenvolvimento sustentável.

O colega Pedro Beber foi coordenador nosso, trabalhamos juntos, muitos de vocês nem me conhecem,

naturalmente o nosso trabalho não é aparecer, o nosso trabalho é contribuir, e essa contribuição estamos trazendo agora e levando para dentro do Ministério da Agricultura. O que não fomos competentes, capazes de entender e aceitar e implantar em Rondônia em 20 anos, nós levamos para dentro do Ministério da Agricultura e hoje é diretriz do Governo Federal para o MDA, Ministério de Agricultura, Ministério de Integração, Estado, municípios etc., Ministério do Meio Ambiente inclusive, porque apesar das críticas que às vezes tenho ao Ministério de Agricultura, o Ministério de Agricultura é considerado um dos Ministérios mais responsáveis na parte de desenvolvimento sustentável, na parte de proteção ambiental.

Quando não se falava em conservação de nada, o Ministério de Agricultura já tinha programas de conservação de solo e da água. Com que finalidade? Fazer com que o produtor não entrasse em aventura de simplesmente entrar numa área, se apropriar daquela área, produzir sem conhecimento de que a sua água e seu solo é sua riqueza, além da titularidade da terra. E aí, complementarmente ao zoneamento, o segmento regularização fundiária é fundamental, como vocês já falaram aqui, falaram muito bem. Por que é fundamental? Sem legalização de sua terra você não tem acesso a benefícios de apoio à produção, como o crédito principalmente, tudo isso o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, e aqui a Superintendência e fazendo eco aos meus colegas que nos antecederam, a gente apoia a iniciativa do Governo do Estado, estamos com ele dentro desta visão que o zoneamento não é para expulsar e nem para tirar ninguém, ele não tem essa finalidade, não seria racional, ele é para garantir políticas racionais em cima de dados, de conhecimento, de necessidades, onde o Governo nessas políticas públicas ele possa incentivar aquele local onde merece apoio e incentivo e pode desestimular aquilo que pode ser prejudicial para Estado e para a sociedade. Essa é a caracterização do zoneamento que o Eraldo apresentou aqui para vocês de forma bem técnica, mas muito bem, e é isso mesmo.

Só que nós tivemos um zoneamento, primeira aproximação, 86 e 88, legalizada, e tivemos ali em 2002 uma segunda aproximação. Significa o quê? Que ninguém aqui vai ter que estar discutindo um zoneamento novo para o Estado, nós estamos discutindo a adequação, a atualização do nosso zoneamento e aí é fundamental entrar mais dois atores, os produtores e sua unidade produtiva e os municípios que devem ser fortalecidos, tanto na visão de trabalho e de ação na parte ambiental como na parte de produção. O melhor conservacionista, o melhor educador ambiental é o extensionista que trabalha com o produtor. Então o zoneamento nosso, e aí carece ousadia, porque aqui há 22 anos houve uma ousadia no Estado de Rondônia. Se nós estamos atualizando um zoneamento de primeira e segunda versão, significa que nós temos um zoneamento. Em primeiro lugar, devemos saber isso que tem, que custou dinheiro público. O que ele tem de positivo, que nós temos que manter, o que é que nós temos que complementar ou melhorá-lo? E aí nós temos que trazer todo esse tipo de colega, pessoas que tenham conhecimento para contribuir nisso.

Mas fica uma sugestão à Secretária, se ela entender interessante. O que Rondônia pode lucrar de um zoneamento, de um programa desses, é um exército de profissionais, de funcionários, pessoas capacitadas, essas oportunidades nós perdemos nas duas vezes, nós estamos tendo uma terceira oportunidade. Mas, principalmente, produtores conscientes,

capacitados, profissionalizados, isso é a base de uma agricultura sustentável. Se nós hoje perdemos o bonde do mundo do jeito que está no contexto mundial, não vamos recuperar isso em tão pouco tempo. Então fica a sugestão para a Secretária, que se nós vamos trabalhar no zoneamento, na atualização e na readequação de um zoneamento que o Estado já possui, então que comece na unidade do produtor, capacite os extensionistas e eles juntos com os produtores vão começar um zoneamento a partir da unidade produtiva, porque sem isso não existe agricultura sustentável. O produtor tem que ter a orientação, o apoio bastante para dentro de sua área, do seu lote, para ele saber onde é melhor para ele produzir grãos, para ele produzir uma pastagem, colocar uma pastagem que vá dar rentabilidade, que garanta aquilo ali transformar em carne e leite de forma eficiente, que o produtor não seja somente um extrativista, que ele seja profissional mesmo, que ele possa usar um insumo de boa qualidade, uma boa condição e principalmente uma base genética animal que lhe garanta um animal produtivo de acordo com a sua capacidade.

Eu acho que fica a nossa sugestão, essa é a visão do Ministério da Agricultura para a agricultura no Brasil, é isso que está em transformação no Brasil e é isso que a gente traz para Rondônia e estamos disponíveis junto ao Governo do Estado. Obrigado.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Muito obrigado, Farias. Gostaria de agradecer mais uma vez a presença de todos, agradecer ao Brito que permaneceu aqui até o fim, o Brito como um profundo conhecedor, profetizo que muito logo você vai ser Deputado aqui nesta Casa, vai ajudar a aprovar essas leis. Agradeço à Deputada Epifânia Barbosa, agradeço a presença de cada um. Secretária Nanci, eu acredito que o pontapé foi dado, eu acho que foi muito boa a audiência, eu gostei, a participação de cada um de vocês, eu diria que precisa realmente determinação e pressa, eu acho que o povo tem pressa, nós não podemos mais continuar vivendo na ilegalidade, muitos anos se passaram, tem pessoas com quinze, com vinte anos vivendo realmente, às vezes sendo tratado como se fosse um bandido, produzindo alimento, colocando na mesa das pessoas aqui na Capital e realmente tratado como bandido, isso nós não admitimos mais, esta Casa está à disposição de vocês, o nosso gabinete está à disposição de vocês, eu espero tão logo, Secretário, que Vossa Excelência traga, faça esse levantamento técnico, conclua esse trabalho para que a gente possa estar numa audiência pública realmente fechando e que essa lei possa chegar aqui na Assembleia Legislativa.

Mas nós também não podemos deixar de reconhecer que esse Governo, uma de suas prioridades é a regularização fundiária, que com certeza irá junto à regularização ambiental e realmente está colocando a mão na massa, é uma das suas prioridades de Governo e a Secretária Nanci já está com essa comissão trabalhando, essa comissão de zoneamento, esperamos realmente que muito logo a gente tenha um desfecho e que esse projeto de lei venha para esta Casa. O nosso agradecimento a cada um de vocês e nós vamos encerrar agora esta audiência pública, já vamos convidar aqui para um coquetel aqui no fundo, no Salão Nobre, mas gostaria de agradecer mais uma vez a presença de cada um de vocês.

Invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada esta audiência pública. Muito obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 12 horas e 50 minutos.)